



PROPOSTA DE ORÇAMENTO PARA 2008

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	2
II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA	
A) Economia Internacional	5
B) Economia Nacional	8
C) Economia Regional	10
III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS	
A) Sector Público Administrativo	38
B) Administração Local	43
IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL	
A) Orçamento da Receita	48
B) Orçamento da Despesa	56
C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos	69
D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo	76
V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL	
A) Dívida Pública	78
B) Avals	81
VI – Sector Público Empresarial Regional	84



I – INTRODUÇÃO

Conforme estabelece a Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro, Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional apresenta à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a proposta de orçamento para o ano económico de 2008.

Esta é a segunda proposta de orçamento elaborada com base na actual Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro, Lei de Finanças das Regiões Autónomas, a qual define em novos moldes, os meios financeiros de que a Região passa a dispor para a concretização da autonomia financeira consagrada na Constituição e no Estatuto Político-Administrativo.

A proposta de orçamento reflecte o reforço das verbas atribuídas à Região, tendo o Governo da República utilizado a taxa de actualização das mesmas de acordo com a posição defendida publicamente pelo Governo Regional, contribuindo, deste modo, para um maior desenvolvimento económico e social e para a melhoria das condições de vida dos açorianos.

O Governo Regional vê, assim, reconhecidos os esforços de muitos anos para que a Região Autónoma dos Açores beneficie de uma discriminação positiva, por forma a que, prosseguindo e reforçando a



política definida, a Região possa aproximar-se, progressiva mas firmemente, dos indicadores de desenvolvimento e de crescimento nacionais e comunitários.

A presente proposta de orçamento atinge o valor global de 1.424,2 milhões de euros, dos quais, 316,7 milhões de euros, respeitam a contas de ordem.

Com esta proposta de orçamento, o Governo Regional continua a privilegiar a estabilidade das finanças públicas regionais, num quadro de equilíbrio financeiro das suas contas públicas.

As despesas de funcionamento dos serviços e organismos da administração regional apresentam um aumento de apenas 2%, o que traduz a continuidade de uma política de rigor e de contenção deste tipo de despesas, na perspectiva de umas finanças públicas equilibradas, que reflectem uma opção firme pela racionalização e pela eficiência.

O investimento público regista um significativo aumento de 16,4%, como consequência de uma maior afectação de recursos à despesa reprodutiva, potenciando um quadro económico que assegura e indica aos agentes económicos estabilidade e confiança, apontando ao mesmo tempo, os sectores estratégicos do investimento público e privado.

É, pois, mantida uma trajectória, já observada nos últimos anos, que se traduz numa evolução das despesas de funcionamento da administração



regional (+2%) a ritmos muito inferiores ao registado para a evolução das receitas próprias da Região (+9,2%).



II – EVOLUÇÃO DA CONJUNTURA ECONÓMICA

A) ECONOMIA INTERNACIONAL

O ambiente económico mundial registou no ano de 2006 uma expansão significativa e, apesar de indícios de abrandamento, as perspectivas de evolução para o próximo ano correspondem a níveis de utilização de recursos suficientemente intensos para serem admitidas possibilidades de tensões inflacionistas.

O comércio internacional e as actividades produtivas continuam a registar índices significativos do ponto de vista de intensidade de crescimento, pelo menos em determinados sectores e regiões da economia global. Todavia, e por outro lado, os mercados financeiros caracterizam-se por elevados níveis de volatilidade, agravando e dificultando o cálculo do risco, de tal forma que leva a admitir-se a possibilidade de contágios às economias reais.

Neste contexto, as medidas das diversas entidades de regulação e de orientação de políticas tornam-se pertinentes do ponto de vista de mercados e de instituições.



Produto Interno Bruto e Desemprego

	PIB (1)			Desemprego (2)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
EUA						
Comissão Europeia	3,3	2,2	2,7	4,6	4,7	5,0
FMI	3,3	2,2	2,8	4,6	4,8	5,0
Japão						
Comissão Europeia	2,2	2,3	2,1	4,1	4,1	4,2
FMI	2,2	2,3	1,9	4,1	4,0	4,0
China						
Comissão Europeia	10,7	10,5	10,4	4,1	4,0	4,0
FMI	10,7	10,0	9,5	-	-	-
EUR 27						
Comissão Europeia	3,0	2,9	2,7	7,9	7,2	6,7
FMI	1,8	2,4	2,3	-	-	-
Área do Euro						
Comissão Europeia	2,7	2,6	2,5	7,9	7,3	6,9
FMI	2,6	2,3	2,3	7,7	7,3	7,1

Fontes: CE, Economic Forecasts, Primavera 2007; FMI, World Economic Outlook, Abril 2007.

(1) PIB: CE, Real GDP growth; FMI, Annual percent change of Real GDP.

(2) Desemprego: CE, Unemployment as % of total labour force; FMI, Percent of labor force.

As organizações internacionais têm apresentado previsões de crescimento económico tendencialmente em baixa, mas de forma mais circunscrita a determinados espaços. Efectivamente, há outros onde a conjugação do ritmo empresarial interno face às respectivas condições de financiamento é capaz de gerar condições e processos de crescimento de emprego, de rendimento disponível e de consumo.

Neste sentido compreende-se a necessidade de políticas monetárias “acomodatícias”, apesar de necessidades de liquidez mais acentuadas na sequência da crise do crédito hipotecário de alto risco nos Estados Unidos da América do Norte.

Em termos de políticas orçamentais têm-se registado medidas de consolidação orçamental com redução significativa do défice que, todavia, deverão prosseguir para evitar que se repitam as experiências anteriores,



quando a preparação insuficiente para o abrandamento económico deu origem a excessivos rácios de défice em prazos de tempo muito curtos.

Preços e Saldos Orçamentais

	Preços no Consumidor (1)			Saldo Orçamental (2)		
	2006	2007	2008	2006	2007	2008
EUA						
Comissão Europeia.....	3,2	2,3	1,9	-2,3	-2,6	-2,9
FMI.....	3,2	1,9	2,5	-2,6	-2,5	-2,5
Japão						
Comissão Europeia.....	-0,3	-0,1	0,3	-4,6	-3,9	-3,5
FMI.....	0,2	0,3	0,8	-4,3	-3,8	-3,5
China						
Comissão Europeia.....	-	-	-	-0,4	-0,6	-0,6
FMI.....	1,5	2,2	2,3	-	-	-
EUR 27						
Comissão Europeia.....	2,3	2,2	2,1	-1,7	-1,2	-1,0
Área do Euro						
Comissão Europeia.....	2,2	1,9	1,9	-1,6	-1,0	-0,8
FMI.....	2,2	2,0	2,0	-1,6	-1,2	-1,1

Fontes: CE, Economic Forecasts, Primavera 2007; FMI, World Economic Outlook, Abril 2007.

(1) Preços no consumidor: CE, General Index of consumer prices; FMI, Annual percent change of Consumer Prices.

(2) Saldo orçamental: CE, General government balance as a percentage of GDP; FMI, General government fiscal balances as a percentage of GDP.



B) ECONOMIA NACIONAL

As perspectivas de evolução da economia portuguesa para o próximo ano de 2008 apontam no sentido da recuperação de um certo crescimento por via de dinâmicas em desenvolvimento e de condições de sustentabilidade.

O aumento do ritmo de crescimento previsto para a actividade económica decorre sobretudo da aceleração da procura interna. A procura externa continuará a registar variações positivas através de exportações a integrarem-se em processos de gradual adaptação a alterações do padrão de vantagens comparativas a nível global mas, até por condições de conjuntura nos mercados compradores, a sofrerem desaceleração de crescimento.

O pressuposto de crescimento da procura interna baseia-se na componente de investimento associado a lógicas de alargamento e integração de mercados, com reestruturação empresarial e utilização de capacidade produtiva disponível, que superem restrições de conjuntura. As outras componentes da procura interna (consumos privado e público) estão estruturalmente limitadas pelos níveis de endividamento atingidos e pelos custos decorrentes da subida de taxas de juro aplicáveis ao crédito.



Indicadores para a Economia Portuguesa

Taxa de variação anual, em percentagem (salvo indicação em contrário)

	2006	2007	2008
PIB	1.3	1.8	2.2
Procura interna.....	0.2	0.8	1.6
Consumo privado.....	1.1	1.4	1.4
Consumo público.....	-0.3	-0.1	0.3
Formação Bruta de Capital Fixo.....	-2.0	0.6	3.1
Importações.....	4.2	3.4	4.2
Exportações.....	9.1	7.2	6.5
Balança Corrente e de Capital (% do PIB)	-8.7	-7.9	-8.1
Emprego	0.7	0.3	1.0
Saldo orçamental (% do PIB)	-3.9	-3.7	-2.6
Preços no consumidor (IHPC)	3.0	2.5	2.3

Fonte: Banco de Portugal.

Admitindo-se o pressuposto de aumento dos custos nos mercados monetários e de restrições na balança de rendimentos, a sustentabilidade na capacidade de financiamento da economia portuguesa dependerá de ganhos de rendimento através de valores em termos de troca dos bens e serviços da balança comercial e de poupança na balança energética. É neste contexto que se compreende a redução do défice da balança corrente e de capital de 8,7% em 2006, para cerca de 8% nos anos de 2007 e de 2008.

A evolução do emprego aponta para algum realinhamento com a evolução da actividade económica decorrente no âmbito privado, já que nas administrações públicas é assumida uma redução líquida do número de efectivos.

A desaceleração da inflação decorre da moderação do crescimento dos preços de importação e da evolução na componente energética.



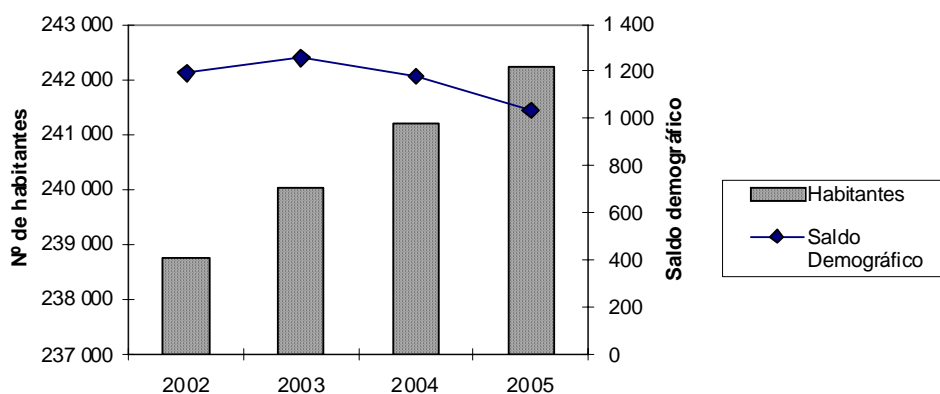
C) ECONOMIA REGIONAL

EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA

Os dados mais recentes da evolução demográfica continuam a integrar-se na tendência do novo ciclo de crescimento revelado a partir do recenseamento da população em 2001. Este novo ciclo evidencia-se por ser mais determinado pela redução da intensidade negativa da componente migratória do que pela componente biológica da natalidade e mortalidade.

De facto, a redução da dimensão negativa dos saldos migratórios foi suficientemente significativa para ser compensada pela dimensão mais regular e moderada, mas positiva, dos saldos fisiológicos. Assim, os saldos demográficos globais positivos gerados anualmente, mesmo que com decréscimos absolutos, têm originado um processo de crescimento acumulativo do número de habitantes residentes.

**Evolução da População Residente
RAA**





A distribuição de estrangeiros com residência legalizada por nacionalidades regista um número absoluto maior dos que têm origem nos países da América do Norte (Estados Unidos da América e Canadá), mas a dinâmica de evolução mostra um reforço mais significativo a partir dos países de diversas origens da Europa e de África, neste último caso, particularmente de Cabo Verde.

Estrangeiros Residentes

	%	
	2002	2005
África.....	14,4	20,0
América do Norte.....	49,7	38,6
América do Sul e Central.....	6,7	8,8
Ásia e Oceânia.....	1,8	2,1
Europa.....	27,3	30,3
Outra Situação.....	0,1	0,1

Fonte: Ministério da Administração Interna – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

Segundo estimativas do Instituto Nacional de Estatística, as perspectivas de evolução da população residente apontam no sentido do crescimento demográfico nos próximos anos. Efectivamente as previsões do INE projectam uma redução do peso relativo do número de residentes com menos de 25 anos, por contrapartida de aumento da população em idade activa, com consequências naturais ao nível de uma maior pressão no mercado de trabalho regional.



População Residente – Rec. Geral (2001) e Projecções

		2001	2010*	2020*
0-14 anos	%	21,4	18,6	16,7
15-24 anos	%	17,0	14,0	12,0
25-64 anos	%	48,6	54,8	56,7
>65 anos	%	13,0	12,6	14,6
População	Nº	241 763	247 860	254 638
Índices:				
Envelhecimento		60	68	87
Dependência				
Jovens		33	27	24
Idosos		20	18	21

Fonte: INE

* Cenário Base – entre Cenário Baixo e Cenário Elevado.

Em termos da posição regional nos quadros demográficos português e europeu observa-se que a população açoriana caracteriza-se por uma certa juventude, com uma perspectiva de crescimento demográfico, com índices de dependência dos jovens e de envelhecimento bem inferior aos valores observados no espaço continental.

ASPECTOS MACRO-ECONÓMICOS

PRODUTO INTERNO BRUTO

Observando os dados referentes às contas regionais e divulgados pelo Instituto Nacional de Estatística, verifica-se que o crescimento económico tem registado taxas de variação média anual significativas.



Produto Interno Bruto, Açores

Preços de Mercado

	2000	2001	2002	2003	2004
PIB (milhões de euros)	2 272	2 490	2 662	2 785	2 890
Crescimento médio anual (%)..		9,6	6,9	4,6	3,8

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004 (base 2000).

A evolução da repartição do Valor Acrescentado Bruto pelos grandes sectores de actividade económica evidencia, de forma continuada, um ligeiro reforço do peso relativo do sector terciário, representando este, em 2004, 72,5% do total do VAB, por contrapartida de uma ligeira perda de importância relativa dos restantes sectores de actividade económica.

VAB – Desagregação Sectorial

	2000	2001	2002	2003	2004
					Unid.: %
Agricultura, Silvicultura e Pescas	13,6	12,4	12,0	11,5	11,5
Indústria, Construção, Energia e Água	15,9	16,5	16,8	16,4	15,9
Serviços	70,5	71,1	71,2	72,1	72,5

Fonte: INE, Contas Regionais 2000-2004 (base 2000).

Considerando a série de cinco anos (2000-2004) observa-se que, durante este período, os Açores passaram de região com menor nível de desenvolvimento no quadro das regiões portuguesas, para uma situação intermédia, apresentando em 2004 um valor de capitação do produto de cerca de 88% da média nacional (em 2000 essa relação era de 80%).



Produto Interno Bruto Regional per capita

Em índice PT=100

	2000	2001	2002	2003	2004
Norte.....	81	82	81	80	79
Centro.....	85	85	84	85	86
Lisboa.....	142	141	141	140	141
Alentejo	91	90	91	93	94
Algarve	101	104	103	105	103
R. A. Açores	80	84	86	88	88
R. A. Madeira	115	109	126	125	121
Portugal	100	100	100	100	100

Fonte: SREA.

MERCADO DE EMPREGO

O aumento da população activa tem sido uma realidade evidente na evolução do mercado de trabalho nos Açores, com crescente participação do segmento feminino no conjunto da força de trabalho e uma taxa de desemprego relativamente baixa, o que evidencia uma certa capacidade da esfera produtiva em absorver a oferta crescente de mão de obra.

Condição da População Perante o Trabalho

	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
População Activa (nº)	98 553	99 008	100 646	103 645	105 099	108 586	109 773	111 755
Empregada	95 464	96 171	98 360	100 974	102 066	104 892	105 283	107 500
Desempregada	3 089	2 837	2 286	2 671	3 033	3 694	4 490	4 255
População Inactiva (nº).....	138 204	137 724	136 309	134 175	134 440	132 583	131 873	130 956
Taxa de Actividade (%).....	41,5	41,8	42,4	43,5	43,8	45,0	45,4	46,0
Taxa de Actividade Feminina (%)	28,4	28,7	30,2	31,4	32,1	33,4	33,8	34,9
Taxa de Desemprego	3,1	2,9	2,3	2,6	2,9	3,4	4,1	3,8

Fonte: SREA, Inquérito ao Emprego.



No que respeita à repartição sectorial da população empregada, é o sector dos serviços que tem vindo a registar maior dinamismo na ocupação de activos, por contrapartida de perdas de importância relativa dos demais sectores de actividade económica.

Repartição Sectorial do Emprego

	2002	2003	2004	2005	2006
Agricultura, Silvicultura e Pescas.....	13,4	12,8	12,5	12,4	12,4
Indústria, Construção, Energia e Água	29,2	28,2	26,4	25,4	25,9
Serviços	57,4	59,0	61,1	62,2	61,7

Fonte: SREA, Inquéritos ao Emprego

PREÇOS

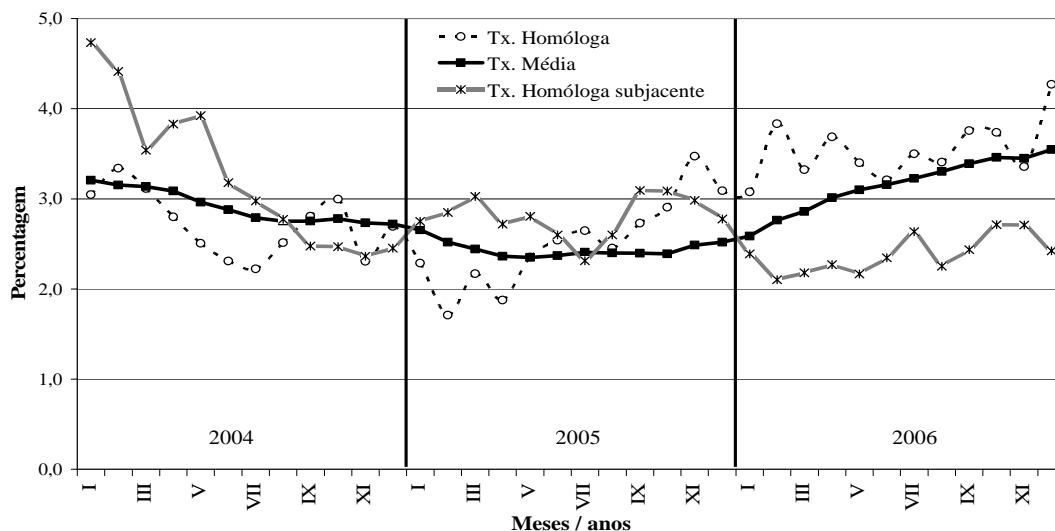
Nos anos mais recentes a evolução dos preços no consumidor têm revelado uma certa estabilização, onde as variações anuais aparecem mais associadas a factores de conjuntura.

No ano de 2006, a evolução dos preços no consumidor traduziu-se numa taxa média de crescimento anual de 3,6%.

A intensidade de variação de preços decorreu das variações nos preços dos produtos alimentares não transformados e energéticos, já que se estes forem excluídos do índice de preços, a respectiva taxa homóloga subjacente fica-se pela casa dos 2%.



Evolução de Preços no Consumidor

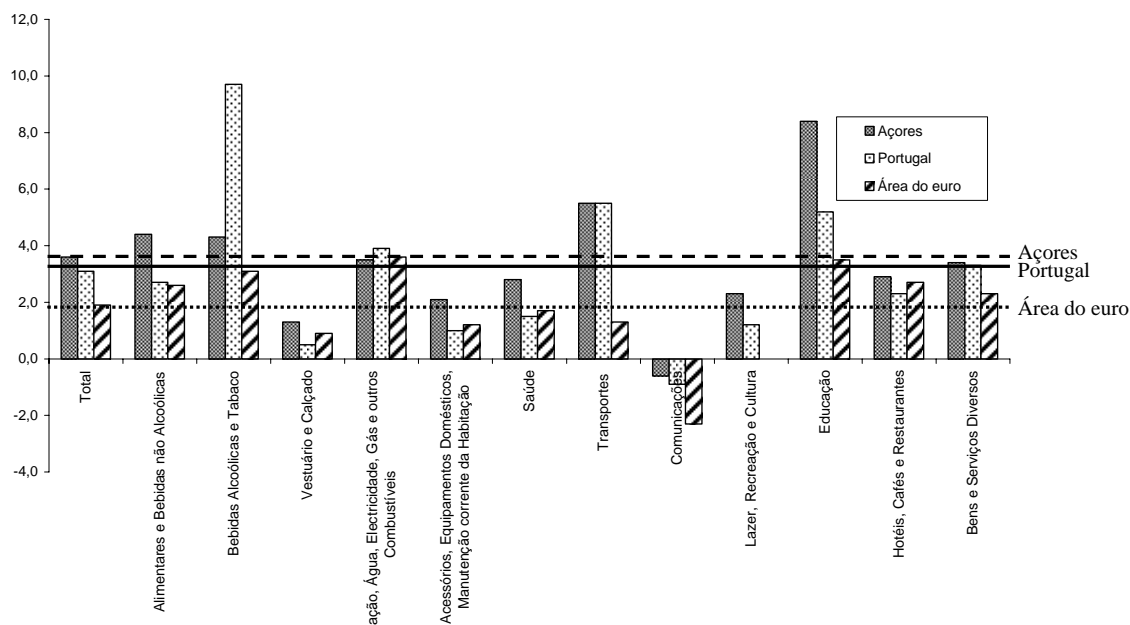


Comparando as variações de preços no consumo dos Açores com as de Portugal e da área do euro, segundo as 12 classes, destaca-se que há:

- correlações no sentido das variações, revelando um funcionamento de mercados com um certo grau de integração ou em processo de convergência.
- diferenças de intensidade que serão logicamente mais prováveis em classes associáveis a serviços não transaccionáveis, como os da educação, do que os bens com facilidade operacional de movimentação entre diversos mercados e respectiva harmonização de preços, como o vestuário e o calçado. Todavia, variações de conjuntura e de condições com efeitos particulares sobre alguns produtos podem influenciar a evolução de preços, como será o caso da fiscalidade sobre combustíveis, a poderem repercutir-se de forma mais intensa em classes como a de transportes.



Evolução dos Preços por Classes, em 2006



FINANÇAS PÚBLICAS

No ano de 2006, a Conta da Região, excluindo as contas de ordem, registou um saldo global na ordem de 20 milhões de euros.

A dimensão positiva deste saldo resulta da evolução de um saldo corrente positivo na ordem de 153 milhões de euros em relação a um défice registado no saldo de capital de 133 milhões de euros.

O excedente corrente decorreu do crescimento significativo de 16,4%, baseado nas receitas fiscais de impostos directos e indirectos, ao passo que as despesas correntes registaram uma contenção reflectida num crescimento de apenas 3,3%. Para esta contenção nas despesas correntes contribuiu basicamente a rubrica das despesas com pessoal, crescendo



apenas 1,7%, já que a outra ainda significativa mas de dimensão menor, a de transferências para o sector público, cresceu 4,5%.

As despesas de capital correspondem substancialmente às despesas de investimento do plano que, no ano de 2006, somaram 306,1 milhões de euros, enquanto no ano anterior tinham somado 303,4 milhões de euros.

Síntese das Contas

	Milhares de Euros		
	2004	2005	2006
1. Receitas Correntes	542 742,7	589 699,7	686 551,0
2. Despesas Correntes	503 858,6	515 933,3	533 177,0
3. Encargos da Dívida Pública	7 371,2	7 164,3	10 531,0
4. Saldo Corrente (1-2)	38 884,1	73 766,4	153 374,0
5. Receitas de Capital	211 506,3	245 039,9	225 182,0
6. Empréstimos	0,0	0,0	49 800,0
7. Despesas de Capital	228 427,5	306 621,8	358 027,0
8. Amortização de Dívida	0,0	0,0	49 880,0
9. Saldo de Capital (5-7)	-16 921,2	-61 581,9	-132 845,0
10. Saldo Global (4+9)	21 962,9	12 184,5	20 529,0
11. Saldo Primário (10+3)	29 334,1	19 348,8	31 060,0

Fonte: DROT

ASPECTOS SECTORIAIS

SECTORES ECONÓMICOS

AGRICULTURA

O volume na ordem de 505,9 milhões de litros de leite recebidos nas fábricas durante o ano de 2006, representa um acréscimo de 1,2% em relação ao ano anterior.



Nos produtos transformados, o leite para consumo atingiu um volume de 78,1 milhões de litros, representando um acréscimo de 4,6%, ao passo que os produtos lácteos (manteiga, queijo, leite em pó e iogurtes) somaram 49,9 mil toneladas, correspondendo a um acréscimo de 2,2%.

Entre os diversos produtos lácteos registou-se uma evolução mais expressiva na manteiga e no leite em pó.

Produção e transformação de leite

	1999	2001	2003	2004	2005	2006
Leite recebido nas fábricas (1 000 lt).....	474 231	482 789	492 211	491 276	499 801	505 872
Leite p/ Consumo(1 000 lt).....	43 391	45 108	52 851	65 797	74 669	78 137
Produtos Lácteos (ton)	49 247	48 384	51 289	49 681	48 888	49 949
Manteiga.....	6 915	5 825	7 325	6 794	6 569	7 489
Queijo	22 496	25 387	25 459	26 075	27 229	26 296
Leite em Pó	19 633	16 997	18 271	16 557	14 780	15 860
Iogurtes.....	203	175	234	255	310	304

Fonte: SREA.

No mesmo período, a produção de carne registou um total de 28,4 mil toneladas, o que representa uma taxa de variação de -4,7% em relação ao ano anterior.

As variações estatisticamente mais expressivas ocorreram nos mercados locais de gado suíno e de aves, com o primeiro a decrescer e o segundo a registar a única taxa de variação positiva em relação ao ano anterior.



Produção de Carne

	2001	2002	2003	2004	2005	Ton 2006
Gado bovino abatido	6.028	7.477	7.998	7.247	8.147	8.124
Gado bovino exportado vivo	10.664	13.641	14.078	11.983	12.222	11.740
Sub - total	16.692	21.118	22.076	19.230	20.369	19.864
Gado suíno abatido	5.187	5.396	5.798	5.364	5.688	4.611
Aves (abate)	2.778	3.395	3.318	3.565	3.720	3.964
Total	24.657	29.909	31.192	28.159	29.777	28.439

Fonte: SREA

A partir das estatísticas disponíveis sobre as principais produções agrícolas observa-se que: as produções de milho, formadas fundamentalmente por forragem para alimentação de animais, se situam à volta de 150 mil toneladas, mas integram-se numa tendência de desaceleração ou mesmo de decréscimo; as produções de carácter mais industrial são reveladoras de maior regularidade, destacando-se a da beterraba nos últimos três anos, também, pela intensidade de crescimento; a produção de vinho atingiu 25,7 mil litros, o que não recupera os níveis médios de produção de há alguns anos, mas em relação ao ano imediatamente anterior representa um acréscimo absoluto de 5,7 mil hectolitros.



Produção das Principais Culturas, R.A.A.

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Batata Cedo	6.954	6.323	6.508	6.103	5.923	4.699	4.984	4.984	4.886
Batata Tarde	19.773	21.746	21.548	20.402	20.162	12.878	14.344	15.137	13.907
Beterraba Sacarina	7.586	6.301	7.699	8.976	7.040	5.265	9.330	18.654	49.447
Chá	24	79	86	97	123	116	125	112	125
Milho Grão	4.204	2.889	2.580	2.292	1.985	1.843	1.830	1.799	1.791
Milho Forragem	184.749	363.645	218.885	199.643	160.462	154.365	155.333	152.893	147.865
Tabaco	173	178	187	140	90	104	138	125	104
Vinho*	94.201	52.602	55.399	41.450	47.373	32.787	21.121	20.073	25.745

Fonte: SREA, INE.

* Unidade - Hectolitros.

PESCAS

No ano de 2006, o volume de pescado descarregado nos portos somou 12,6 Mil toneladas, cabendo 6,6 aos tunídeos e 6 às restantes variedades de pescado capturadas pela frota regional de pesca. Assim verificou-se entre aquelas duas categorias uma repartição da mesma ordem de grandeza.

Todavia, já na repartição em termos de valor monetário, de um valor global de 34, 2 milhões de euros, os tunídeos somaram 5,8 milhões de euros (17%) , ao passo que as outras espécies atingiram 28,4 milhões (83%). Esta situação decorre do valor dos tunídeos ser estruturalmente inferior ao das outras espécies, em virtude do bonito, que é a espécie de atum mais descarregada na Região, ter pouco mercado de venda em fresco ou refrigerado, e por esse facto, ser vendido principalmente à indústria de transformação.

Entre os principais grupos de espécies descarregadas destacam-se as bentónicas, demersais e de profundidade com 63% do valor comercial das descargas, pese embora apenas representem 27% das quantidades



desembarcadas, nas quais se salientam o goraz e o cherne que só por si representam 43 % do valor global das capturas efectuadas pela frota regional.

Destaca-se também no grupo dos moluscos a espécie lula, cuja pescaria representa cerca de 8 % do valor das capturas descarregadas na Região.

Pescado descarregado nos portos

Espécie	Quantidade (ton)	Valor (Mil €)	Preço Médio (€/Kg)
Goraz*	957	9.970	10,41
Bonito	6.201	5.305	0,86
Cherne	496	4.659	9,38
Lula	472	2.747	5,82
Chicharro	1.241	1.922	1,55
Boca Negra	209	844	4,04
Congro	345	842	2,44
Espadarte	133	827	6,22
Abrótea	119	604	5,06
Patudo	347	553	1,59
Alfonsim	152	525	3,46
Pargo	52	501	9,55
Imperador	39	472	11,90
Veja	208	457	2,20

- Inclui as designações comerciais de goraz, peixão e carapau

Fonte: SREA.

Pescado descarregado nos portos da Região por grupos de espécies

Grupos e Espécies	Quantidade (ton)	Valor (Mil €)	% Quantidade	% Valor
Crustáceos.....	12	178	0,01	0,5
Moluscos.....	487	2 854	4	8
Lula.....	472	2 747	3,7	8
Bentónicas, Demersais e Profundidade.....	3 410	21 650	27	63
Goraz e Cherne.....	1 454	14 629	12	43
Pelágicos.....	8 638	9 474	68	28
Pequenos Pelágicos.....	1 728	2 279	14	7
Tunídeos.....	6 560	5 779	52	17
TOTAIS.....	12 556	34 156		



TURISMO

Após o forte crescimento da oferta hoteleira, que ocorreu predominantemente de 2001 a 2005 e que foi também acompanhado por um forte crescimento da procura, os anos subsequentes caracterizaram-se pela consolidação do sector. Com efeito, os anos de 2006 e os primeiros oito meses de 2007 apresentam uma estabilização da oferta e aumentos moderados das dormidas, a par de uma contínua subida das taxas de ocupação.

No que diz respeito à diversificação da procura ela tem vindo a acentuar-se de ano para ano. Embora o mercado nacional tenha apresentado crescimentos superiores à média em 2006, e nos primeiros meses de 2007, é sobretudo no mercado externo que esta diversificação se faz mais sentir. O Reino Unido e a Holanda têm vindo a mostrar crescimentos significativos. Por outro lado, a Alemanha, a Finlândia e a Dinamarca têm vindo a consolidar a sua posição, tendo este último país suplantado a Suécia desde 2005.

Os primeiros oito meses de 2007 revelam um forte crescimento da procura pela Ilha de Santa Maria, com um crescimento das dormidas na ordem dos 34,3% e pela Ilha Terceira com um crescimento das dormidas da ordem 16,7%.

Estão neste momento em construção nos Açores 740 novas camas na hotelaria tradicional e um conjunto vasto de pequenas unidades de turismo em espaço rural que abrirão ao público em 2008 e 2009, pelo que são previsíveis novos aumentos da procura.



Hotelaria Tradicional nos Açores

	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
DORMIDAS (Nº)	407.998	428.458	416.986	447.946	524.129	579.061	718.095	776.613	804.028	965.049	1.136.452	1.179.371
RECEITAS TOTAIS (Milhares Euros)	17.680	17.858	19.470	21.353	23.333	26.336	33.188	36.031	38.506	45.313	51.443	54.126
CAPACIDADE DE ALOJAMENTO (Média)	3.567	3.599	3.693	3.785	3.811	3.782	4.323	5.140	5.970	7.063	8.078	8.212
HÓSPEDES (Nº)	159.309	163.112	160.630	166.511	199.145	201.534	235.992	248.725	239.796	281.406	316.961	337.000
ESTADA MÉDIA (Dias)	2,6	2,6	2,6	2,7	2,6	2,9	3,0	3,1	3,4	3,4	3,6	3,5

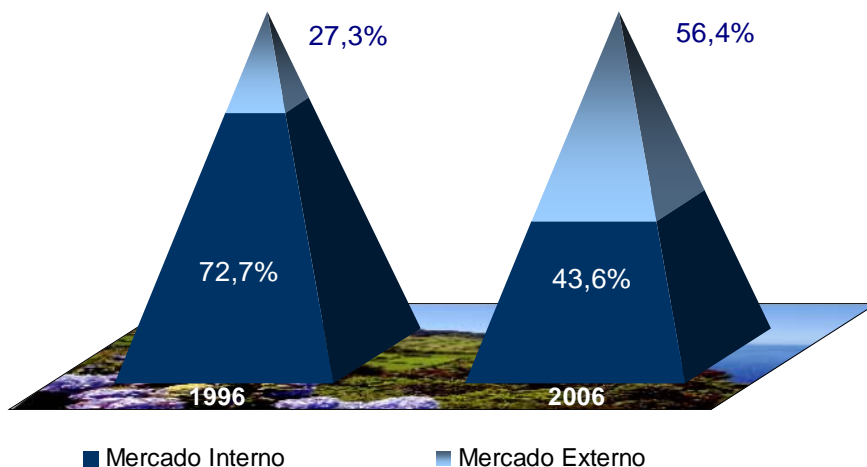
Fonte: SREA

Número de Dormidas por Mercados de Origem, HT

	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Mercado Interno	311.590	290.714	308.101	366.340	377.480	394.045	441.392	415.320	487.544	480.073	514.068
Mercado Externo	116.868	126.272	139.845	157.789	201.581	324.050	335.221	388.708	477.505	656.379	665.303
TOTAL	428.458	416.986	447.946	524.129	579.061	718.095	776.613	804.028	965.049	1.136.452	1.179.371
Var. Anual (%)		-2,7	7,4	17,0	10,5	24,0	8,1	3,5	20,0	17,8	3,8

Fonte: SREA

Evolução das Dormidas por Mercados, HT





ENERGIA

A produção de electricidade registou 780,3 GWh em 2006, o que representa um crescimento de 4,1% em relação ao ano anterior. Por outro lado, no mesmo período, o consumo atingiu 703,2 GWh, incorporando um crescimento de 7,3%.

Neste contexto, observou-se nas perdas de electricidade uma redução, mesmo em termos absolutos. Efectivamente, aquelas perdas foram de 77,5 GWh, enquanto no ano anterior tinham sido de 82,6 GWh.

Electricidade - Balanço

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	GWh 2006
Produção	520,1	559,2	600,9	641,2	702,7	750,1	780,7
Perdas	69,4	74,0	75,1	81,1	80,7	82,6	77,5
Consumo	450,7	485,2	525,8	560,1	622,0	667,5	703,2

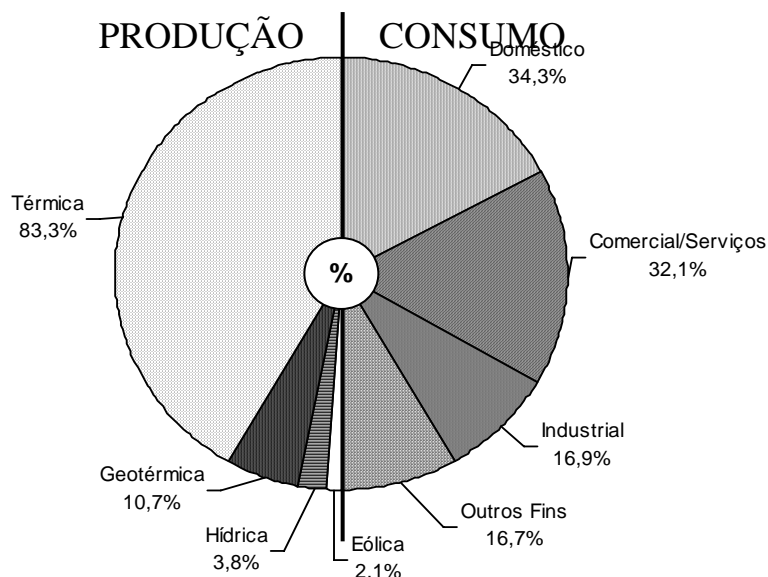
Fonte: EDA

A origem da produção continuou a gerar-se de forma dominante a partir das centrais térmicas, que representaram 83,3% do total. As outras formas, de natureza renovável, mais concretamente, a geotérmica, a hídrica e a eólica, corresponderam a 10,7%, 3,8% e 2,1%, respectivamente.

Em termos de consumo, os agregados domésticos e os serviços/comércio absorveram cada um cerca de 1/3 do total e o terço restante foi basicamente dividido entre indústrias e “outros fins” (fundamentalmente públicos) em partes simultaneamente iguais.



A) **Estrutura da Produção e Consumo de Electricidade – 2006**



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

As obras de construção e habitação utilizam um volume de cimento na ordem das 330 mil toneladas. Para este volume de consumo total de cimento, a produção local contribui com uma quota superior a 50%.

Produção e Importação de Cimento

	1999	2001	2003	2004	2005	2006
Total - Cimento	284 764	341 892	331 624	322 006	333 742	326 261
Produção Local	161 821	195 560	183 646	173 406	166 552	173 520
Importação	122 943	146 332	147 978	148 600	167 190	152 741

Fonte: SREA, Séries Estatísticas.

O total de licenças concedidas para obras situa-se nos dois milhares, destinando-se o maior número a empreendimentos para habitação.



Licenças Concedidas para Obras nos Açores

	1997	1999	2001	2003	2004	2005	2006
Licenças para Obras	1 695	1 971	2 202	1 815	1 992	2 026	2 079
Licenças para Habitação	1 207	1 509	1 662	1 360	1 500	1 522	1 168
Licenças para Outras Obras	488	462	540	455	492	504	911

Fonte: SREA.

Nota: A partir de 2002 os valores referem-se ao número de edifícios licenciados e não ao número de licenças.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

O tráfego de passageiros por via aérea apresenta maior regularidade de evolução, enquanto o do marítimo revela tendência a crescer, mas ainda sem estabilizar, e o dos transportes colectivos terrestres parece situar-se num patamar à volta de 100 mil passageiros - quilómetro.

Tráfego de Passageiros

	1996	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Terrestre (a)	120 763	108 133	100 123	83 978	99 023	99 805	98 632	101 337	95 225
Marítimo	295 541	400 468	451 746	431 065	456 988	468 986	467 846	461 070	435 525
Aéreo (b)	524 530	665 838	710 165	764 982	776 700	770 767	821 862	839 300	876 027

Fonte: SREA.

- a) Passageiros Km - Transportes Colectivos
- b) Metade dos Movimentos dos Passageiros nos Aeroportos.

No transporte de passageiros por via aérea, os movimentos inter-ilhas continuam a representar o maior volume de tráfego. Todavia, por exemplo, desde o ano 2000 o tráfego inter-ilhas registou cerca de mais 90 mil movimentos de passageiros, enquanto o exterior (territorial mais internacional) registou cerca de mais 240 mil movimentos.



Movimento de Passageiros nos Aeroportos, segundo o tipo de tráfego

	<i>Interno</i>	Territorial	Internacional	<i>Total</i>
2000	739 145	549 447	133 367	1 421 959
2001	781 179	592 163	156 621	1 529 963
2002	767 577	632 812	153 010	1 553 399
2003	751 555	626 404	163 574	1 541 533
2004	804 604	654 588	184 532	1 643 724
2005	786 258	668 890	223 453	1 678 601
2006	827 567	695 955	228 378	1 751 900

Fonte: SREA.

As cargas movimentadas nos portos atingiram em 2006 cerca de 2,9 milhões de toneladas. Em contrapartida o volume das movimentadas nos aeroportos não chega a representar 1% daquelas.

Cargas Movimentadas

	1 000 Ton.											
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Aeroportos	11,5	11,5	11,9	13,4	14,4	14,0	12,7	13,1	13,3	12,7	13,2	11,9
Portos	1 611,4	1 733,9	1 823,5	2 168,3	2 287,7	2 303,5	2 501,8	2 647,9	2 726,9	2 797,1	2 825,6	2 857,5
Total ..	1 622,9	1 745,4	1 835,4	2 181,7	2 302,1	2 317,5	2 514,5	2 661,0	2 740,2	2 809,8	2 838,8	2 869,4

Fonte: SREA.

EVOLUÇÃO EM 2007

Os indicadores de conjuntura conhecidos sobre a evolução mais recente, isto é, ao longo dos meses do ano de 2007, apontam no sentido da continuidade de:

- . um mercado de trabalho caracterizado por um nível de quase pleno emprego, onde as situações de desemprego friccional se traduzem em taxas médias inferiores a 4% e, por outro lado,



- uma variação de preços dos bens consumidos por particulares que, em média, corresponde ao nível da tendência do ano anterior e situa-se no âmbito das condições observáveis para a economia portuguesa.

Desemprego e Inflação

Taxa	Período	Valor
Taxa de Desemprego	2º Trimestre 2007	3,9%
Taxa Média de Inflação	Agosto 2007	3,7%

Também os indicadores simples com apuramentos mensais sobre as actividades económicas ao longo de 2007 registam na generalidade acréscimos significativos, não só em bens e serviços destinados ao consumo interno, como também orientados para a exportação.

As variações de alguns indicadores revelam condicionamentos e circunstâncias de conjuntura, sendo expressivo o indicador sobre vendas de automóveis. Neste caso o sentido negativo da variação é determinado pela componente de veículos ligeiros, mas não pela de veículos comerciais.

Evolução da Conjuntura

Indicadores	Taxas de Variação Homóloga (%)	
	Últimos 3 Meses	Últimos 12 Meses
Leite entregue nas fábricas	0,7	0,5
Leite para consumo	4,4	3,9
Abate de carne (bovinos, suínos e aves)	2,7	-2,0
Pesca descarregada	96,0	59,5
Energia eléctrica produzida	3,9	4,3
Edifícios de construção licenciados	-2,4	3,4
Venda de cimento	5,8	1,1
Turismo (dormidas estab. Hoteleiros).....	1,9	4,2
Desemb. de passag. Aéreos (TAP+SATA).....	1,1	4,0
Venda de automóveis	-0,8	-5,5

Fonte: SREA.



SECTORES SOCIAIS

EDUCAÇÃO

A evolução do número de matrículas nas escolas da Região revelam uma tendência decrescente, enquanto a capacidade de recursos materiais e humanos tem sido alargada. Consequentemente reduz-se a pressão da procura sobre a oferta de meios, favorecendo as condições para o exercício pedagógico nos diversos processos de ensino/aprendizagem.

Efectivamente, a dimensão média das turmas tem tendência a reduzir-se, conforme os rácios alunos por docente e alunos por sala de aula revelam. Além disso, têm decorrido investimentos de expansão e em espaços específicos destinados ao ensino experimental, ao mesmo tempo que se reestrutura o modelo de rede escolar, alterando-se a dimensão média das escolas, que os rácios de número de salas e de alunos por estabelecimento confirmam.

Ensino Não Superior Ensino Oficial

	1997/98	2004/2005
Alunos	55.055	48.096
Docentes	4.198	5.221
Salas de aula	2.450	2.732
Estabelecimentos.....	484	312
Alunos/Docente.....	13	9
Alunos/Salas	22	18
Alunos/Estabelecimento	114	154
Salas/Estabelecimento	5	9

Fonte: Estatísticas da Educação 1997/1998 e 2004/2005, DRE.



Contrariando a tendência decrescente e continuada que se tem vindo a verificar nos últimos anos, registou-se no ano lectivo 2004/2005 um ligeiro acréscimo no número total de matrículas/inscrições. Este crescimento deveu-se particularmente ao contínuo aumento das inscrições na educação Pré – Escolar nas duas redes de ensino e nas matrículas no Ensino Profissional da rede privada.

De facto, como se pode constatar no quadro seguinte, as matrículas no currículo regular continuam a tendência descendente, exceptuando o Ensino Secundário que apresenta um acréscimo de 1,9% do número de matrículas, em relação ao ano anterior. Por sua vez, a via do ensino profissional continua a apresentar uma tendência crescente, sendo ilustrativo o crescimento registado no ensino oficial através do PROFIJ, de 33% em relação ao ano anterior.

Matrículas nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade

- Ensino Oficial e Particular -

Anos Lectivos	Currículo Regular					Programa Cidadania	Ensino Recorrente	Programa Oportunidade	PROFIJ	Ensino Profissional	Total Geral
	Jl	1.º Ciclo	2.º Ciclo	3.º Ciclo	Sec						
1995/96	6.819	19.716	9.527	11.419	8.818		2.619			237	59.155
1996/97	7.044	19.191	9.635	11.404	9.114		2.655			383	59.426
1997/98	6.977	18.659	9.523	11.320	9.028		2.728			458	58.693
1998/99	6.803	18.157	9.033	11.274	8.602		2.288		356	627	57.140
1999/00	6.793	17.638	8.730	11.017	8.473		1.633		373	747	55.404
2000/01	7.341	17.254	8.322	11.390	7.613		1.709		318	1.118	55.065
2001/02	7.318	16.448	8.340	10.587	7.342	112	2.292	776	339	1.411	54.965
2002/03	7.634	16.292	7.993	10.337	6.936	111	1.675	815	330	1.971	54.094
2003/04	7.710	16.125	8.007	9.517	6.381	52	1.026	1.151	917	2.358	53.244
2004/05	8.121	15.926	7.809	9.359	6.504	60	941	1.117	1.220	2.391	53.448

Fonte: Estatísticas da Educação 2004/2005 - R.A.A., Direcção Regional da Educação.

Nota: não foram incluídas as matrículas em Creches uma vez que as mesmas só começaram a ser consideradas, apenas, nos últimos 3 anos lectivos.



A escolarização apresenta valores crescentes na quase totalidade das idades consideradas. Este aumento é mais significativo nas idades da Educação Pré-Escolar e a partir dos 14 anos. Da observação da evolução destas taxas, verifica-se um alargamento do leque de idades com taxas dos 100%, presentemente representativas das idades de escolaridade obrigatória.

Taxas de Escolarização por Idades e Anos Lectivos
Ensino Oficial e Particular

Idades	%				
	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05
< 1 Ano				7,7	9,2
1 Ano				11,8	11,4
2 Anos			14,7	11,6	15,1
3 Anos	37,6	40,3	44,2	46,6	50,8
4 Anos	65,4	73,3	78,2	74,2	85,9
5 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	99,6
6 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
7 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
8 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
9 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
10 Anos	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
11 Anos	100,0	97,5	100,0	100,0	100,0
12 Anos	100,0	97,5	100,0	100,0	100,0
13 Anos	100,0	93,4	100,0	100,0	100,0
14 Anos	100,0	92,5	100,0	98,3	100,0
15 Anos	80,1	81,7	86,7	86,0	87,2
16 Anos	72,9	71,9	72,1	73,7	77,6
17 Anos	60,8	58,4	62,3	60,2	65,6
18 Anos	41,7	40,5	42,4	40,2	39,3
19 Anos	25,5	25,1	25,9	26,4	25,0

Fonte: Estatísticas da Educação 2004/2005 - R.A.A., DRE

Confirmando um maior aproveitamento escolar nos ciclos do ensino geral e obrigatório do que no secundário, a taxa de transição/aprovação oscila entre os 87,0% no 4.º ano de escolaridade e os 54,1% no 12.º ano.



Aproveitamento Escolar nas Escolas da Região, por Ano de Escolaridade (a)
Taxas de Transição

Ensino Oficial e Particular - Currículo Regular

Ano de Escolaridade	00/01	01/02	02/03	03/04	04/05
4. ^o ⁽¹⁾	81,1	85,3	82,8	85,3	87,0
6. ^o ⁽²⁾	80,3	75,1	75,9	77,1	79,6
9. ^o ⁽³⁾	80,4	71,4	73,2	74,9	78,0
12. ^o ⁽⁴⁾	41,9	49,4	45,5	44,6	54,1

Fonte: Estatísticas da Região 2004/2005 - R.A.A., Direcção Regional da Educação.

a) Não Inclui o Ensino Profissional nem o Ensino Recorrente.

1) Ano terminal do 1.º Ciclo do E. Básico

3) Ano terminal do 3.º Ciclo do E. Básico

2) Ano terminal do 2.º Ciclo do E. Básico

4) Ano terminal do Ensino Secundário

SAÚDE

No ano de 2006, os dados gerais sobre o funcionamento do sistema público de saúde continuaram a apontar para um acréscimo do número de consultas, uma maior utilização dos meios de diagnóstico e de terapêutica e um aumento do pessoal em actividade no sector. Ao nível da profilaxia/vacinas, orientada particularmente para a prevenção de bebés e crianças, regista-se uma evolução logicamente influenciada da verificada para a natalidade nos Açores.

Indicadores Gerais

	2002	2003	2004	2005	2006
Profilaxia / vacinas	80 036	76 468	70 978	68 882	67 780
Consultas mais urgências	875 034	903 086	898 567	913 912	926 974
Internamentos (doentes saídos)	28 460	28 531	27 704	27 372	26 870
Diagnósticos e terapêuticas (meios)	2 508 511	2 707 185	3 053 048	3 159 475	3 341 554
Pessoal total	4 066	4 039	4 099	4 214	4 315

Fonte: Direcção Regional de Saúde.



Os serviços de consulta têm registado, nos últimos anos, uma procura mais expressiva do que os de urgência. Esta evolução terá sido mais significativa no âmbito dos hospitais do que no dos centros de saúde mas, mais recentemente, surgem indícios de também abranger os referidos centros.

Consultas e Urgências

	2002	2003	2004	2005	2006
Consultas	427 901	464 368	473 958	481 555	507 715
Centros de Saúde	267 467	292 363	286 350	291 897	313 939
Hospitais	160 434	172 005	187 608	189 658	193 775
Urgências	443 163	438 718	423 607	432 357	419 259
Centros de Saúde	281 541	279 424	270 304	277 797	262 208
Hospitais	161 622	159 294	153 303	154 560	157 051

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

Em 2006, o número de doentes saídos foi menor do que o do ano anterior mas, por outro lado, estiveram internados mais dias, implicando uma demora média maior. Atendendo que a capacidade em termos de lotação foi sensivelmente a mesma, a respectiva taxa de ocupação também foi maior na mesma proporção.

Internamento

	2002	2003	2004	2005	2006
Doentes saídos	28 460	28 531	27 704	27 372	26 870
Dias de internamento	218 713	220 562	211 743	207 901	211 997
Lotação	964	977	972	988	989
Demora média	7,7	7,7	7,7	7,6	7,9
Taxa de ocupação	62,2	61,9	59,7	57,7	58,7

Fonte: Direcção Regional de Saúde.



Os meios complementares de diagnóstico totalizaram cerca de 2,9 milhões de exames e análises. Os meios complementares de terapêutica correspondem a mais de quatrocentos mil actos.

Meios Complementares

	2002	2003	2004	2005	2006
Diagnóstico	2 197 880	2 360 416	2 689 171	2 734 950	2 879 754
Terapêutica	310 631	346 769	364 377	424 525	461 800
Total	2 508 511	2 707 185	3 053 048	3 159 475	3 341 554

Fonte: Direcção Regional de Saúde.

O pessoal em actividade nos serviços dos hospitais e dos centros de saúde, durante o ano de 2006, atingiu o total de 4315 profissionais. A evolução geral tem registado um alargamento efectivo de quadros, destacando-se um certo reforço de médicos, enfermeiros e técnicos de diagnóstico e terapêutica.

Pessoal

	2002	2003	2004	2005	2006
Médicos	435	466	465	506	510
Enfermeiros	1 011	1 013	1 036	1 095	1 212
Técnicos de diagnóstico e terapêutica	203	202	212	216	226
Outro pessoal	2.417	2 358	2 386	2 397	2 367
Total	4.066	4 039	4 099	4 214	4 315

Fonte: Direcção Regional de Saúde.



SEGURANÇA SOCIAL

A Segurança Social nos Açores abrange um total de pensionistas que se situa na ordem de 50 milhares, beneficiando cerca de metade de pensões em vida por velhice e em substituição de retribuições do trabalho, cerca de 30% de pensões por sobrevivência e os restantes 20% por invalidez em acidente ou de doença antes de atingir a idade de reforma por velhice.

Pensionistas da Segurança Social

	Pensionistas (Total)	Pensionistas		
		Por Velhice	Por Invalidez	Por Sobrevivência
2000	37 396	18 812	6 932	11 652
2001	46 162	24 238	8 466	13 458
2002	47 657	24 806	8 729	14 122
2003	47 531	24 539	8 777	14 215
2004	48 372	24 722	9 228	14 422
2005	48 593	24 900	9 077	14 616
2006*	51 137	26 294	9 208	15 635

Fonte: C.G.F.S.S.

*Activos e suspensos.

No ano de 2006, o total de receitas registadas pelo Centro de Gestão Financeira da Segurança Social atingiu cerca de 182,2 milhões de euros, o que representa um crescimento de 10,4% em relação ao ano anterior.

Por outro lado, as despesas decresceram mesmo em termos nominais, registando uma taxa média anual de -7,0%. Este decréscimo das despesas totais foi possível, apesar das responsabilidades com as prestações dos regimes e as de acção social, pela redução da rubrica de despesas de administração e outras.



Desta forma tornou-se possível o encerramento de contas com um saldo global positivo de cerca de 43,8 milhões de euros.

Receitas e despesas correntes

	Montante					
	(Milhares de Euros)					
	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Receitas	127.813	140.250	149.548	154.630	165.029	182.198
Contribuições	126.479	136.353	145.459	150.863	161.801	175.178
Rendimentos	1.144	550	485	339	651	2.478
Outras	190	3.346	3.604	3.428	2.577	4.542
Despesas	106.066	109.348	117.037	127.129	148.808	138.424
Prestações dos Regimes	49.459	51.784	55.510	59.690	65.100	67.694
Acção Social	29.572	23.925	24.815	27.466	31.300	38.619
Administração e Outras	27.035	33.639	36.713	39.973	52.408	32.111
Saldo (Receitas - Despesas).....	21.747	30.902	32.510	27.501	16.221	43.774
Saldo (Contribuições - Prestações).	77.020	84.570	89.949	91.174	96.701	107.484

CULTURA

As entidades existentes no ano de 2006 correspondiam a 105 filarmónicas, 70 grupos de folclore, 69 grupos de teatro, 18 coros e 10 galerias de artes plásticas.

O movimento anual das bibliotecas públicas e arquivos regionais de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta registou um total de cerca de 91 milhares de leitores, que consultaram 137 milhares de documentos.

O número de visitantes dos museus somou um total de 97 milhares de entradas, sendo 2/3 por cidadãos nacionais e 1/3 por estrangeiros.



III – EVOLUÇÃO RECENTE DAS FINANÇAS PÚBLICAS REGIONAIS

A) Sector Público Administrativo

A 30 de Setembro do corrente ano, o orçamento da Região Autónoma dos Açores registava uma execução da despesa de 605,1 milhões de euros (64,7%) por contrapartida de uma receita arrecadada de 681,8 milhões de euros (72,9%).

Receita

A desagregação da receita arrecadada, até final de Setembro de 2007, por grandes agregados, assim como aos seus níveis de execução, é os que infra se explicitam.

	Milhares de euros		
	Orçamentado	Realizado	%
Receitas Próprias	504.721,30	390.379,09	77,35%
Receitas Fiscais	467.411,00	345.079,69	73,83%
- Impostos Directos	166.725,00	130.347,69	78,18%
- Impostos Indirectos	297.116,00	211.585,56	71,21%
- Taxas, Multas e Outras Penalidades	3.570,00	3.146,44	88,14%
Outras receitas próprias	37.310,30	45.299,40	121,41%
Transferências OE	355.548,00	271.498,50	76,36%
Transferências EU	75.000,00	19.908,59	26,54%
Total da Receita	935.269,30	681.786,18	72,90%

Este quadro não inclui o valor de 56,6 milhões de euros, de passivos financeiros, afectos a uma operação extraordinária de refinanciamento da dívida que só se efectivará em Dezembro do corrente ano, pelo que, a sua inserção condicionaría a análise ao nível da execução da receita.



Da análise a este quadro, conclui-se que as transferências do Orçamento de Estado apresentavam, em 30 de Setembro, uma boa taxa de execução de 76,4%, estando já assegurado, que as mesmas, irão atingir um grau de realização de 100%. Estas transferências, contabilizavam à data referida, 271,5 milhões de euros, dos 355,5 milhões de euros orçamentados.

Também se prevê que as transferências da União Europeia se aproximem do valor orçamentado, tendo em conta que a entrada em pleno funcionamento do QRESA, no decurso do 4.º trimestre do corrente ano, permitirá receber as compartições dos investimentos já efectuados ao longo de 2007.

No âmbito das receitas próprias executadas, até à referida data, salientam-se as receitas fiscais, as quais, com um peso de 88,4%, ascenderam a 345,1 milhões de euros, o equivalente a 73,8% do valor orçamentado.

Em virtude da proporção que assumem, quer no conjunto das receitas próprias (88,4%) quer no da receita total (50,6%), é apresentado, de seguida, um quadro com a desagregação dos diversos impostos.



Unidade: milhares de euros

	Dotação	Execução	%
Impostos Directos	166.725,00	130.347,69	78,18%
IRS	118.230,00	83.051,51	70,25%
IRC	48.195,00	47.240,19	98,02%
Diversos	300,00	55,99	18,66%
Impostos Indirectos	297.116,00	211.585,56	71,21%
ISP	45.150,00	36.447,28	80,72%
IVA	180.605,00	122.175,00	67,65%
IA	15.375,00	10.425,18	67,81%
IT	24.250,00	17.888,19	73,77%
IABA	6.825,00	4.905,80	71,88%
Imposto de Selo	24.486,00	19.323,54	78,92%
Diversos	425,00	420,57	98,96%
Taxas, multas e outras Penalidades	3.570,00	3.146,44	88,14%
RECEITA FISCAL	467.411,00	345.079,69	73,83%

Os Impostos Directos com uma receita arrecadada de 130,3 milhões de euros (37,8% da receita fiscal) apresentavam uma taxa de execução de 78,2%, destacando-se, neste agregado, o IRS que, com uma execução de 83,1 milhões de euros, contribuiu em 63,7% para o total dos Impostos Directos.

No que concerne ao IRC ressalva-se a execução de 98% que se traduziu numa receita de 47,2 milhões de euros, valor que nos permite antecipar uma taxa de execução muito acima do valor orçamentado.

Os Impostos Indirectos surgem como o agregado com maior peso na receita fiscal, 61,3%, tendo atingido os 211,6 milhões de euros. Destaca-se, ao nível destes, o IVA e o ISP que, no seu conjunto, contribuiriam com 158,6 milhões de euros para a receita dos Impostos Indirectos.



As taxas, multas e outras penalidades contabilizaram 3,1 milhões de euros e registavam já uma taxa de execução de 88,1%.

Despesa

Os níveis de execução das componentes da despesa, registados no final do terceiro trimestre de 2007, são os patentes no quadro seguinte.

	milhares de euros		
	Orçamentado	Executado	%
Despesas de Funcionamento	557.590,00	395.656,80	70,96%
Pessoal	273.329,60	192.443,10	70,41%
Juros	10.500,00	9.469,70	90,19%
Transferências	235.088,70	174.165,80	74,09%
Aquisição de Bens e Serviços	17.030,20	11.167,10	65,57%
Aquisição de Bens de Capital	1.378,50	565,10	40,99%
Outras	20.263,00	7.846,00	38,72%
Despesas de Investimento	377.679,20	209.457,20	55,46%
Total da Despesa	935.269,20	605.114,00	64,70%

Sobressai da análise ao quadro supra apresentado que, no que concerne às despesas de funcionamento, são os encargos com pessoal e as transferências que assumem maior peso, representando no seu conjunto 92,7% do total dessas, o equivalente a 366,6 milhões de euros.

As despesas com pessoal, ao registarem, no final do terceiro trimestre, uma taxa de execução de 70,4%, permitem-nos estimar um grau de execução no final do corrente ano, inferior à dotação orçamentada.



As transferências apresentam uma execução de 174,2 milhões de euros, a que corresponde um grau de execução de 74,1%. Salienta-se que 83,2% deste valor (144,8 milhões de euros), foram transferidos para as unidades de saúde compreendidas no âmbito do Serviço Regional de Saúde.

As despesas de investimento atingem uma execução de 209,5 milhões de euros, valor que representa uma taxa de execução de 55,5% do total orçamentado, e que releva uma taxa de crescimento homóloga de 34,5%, relativamente à execução verificada no ano anterior, estando já nesta data, assumidos compromissos no valor de 232,7 milhões de euros, o que representa uma execução de 61,6%.



B) Administração Local

Os municípios da Região Autónoma dos Açores obtiveram em 2006 receitas no valor total de 171 milhões de euros, o que significa uma redução de 4,2%, relativamente ao ano anterior, sendo este o valor mais baixo dos últimos 4 anos. Esta redução nas receitas deve-se sobretudo à diminuição nas receitas dos fundos comunitários, que baixaram 26,3%, e no volume de empréstimos contraídos (-17%).

RECEITAS E DESPESAS MUNICIPAIS

mil euros

Receitas	2004		2005		2006		2005 / 06
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	(%)
Receitas Locais	36.091	21	37.470	21	42.966	25	15
Fundos OE	89.477	51	91.455	51	91.406	53	0
Fundos Comunitários	23.265	13	26.212	15	19.329	11	-26
Transferências	12.348	7	9.124	5	5.445	3	-40
Empréstimos	13.088	8	14.430	8	11.971	7	-17
Totais	174.269	100	178.691	100	171.117	100	-4

Despesas	2004		2005		2006		2005 / 06
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	(%)
Pessoal	41.764	24	43.935	24	46.743	26	6
Bens e Serviços	23.283	13	24.901	14	24.242	13	-3
Juros	3.506	2	3.595	2	4.428	2	23
Amortizações	11.919	7	11.680	6	12.878	7	10
Investimentos	79.343	46	81.030	44	66.501	36	-18
Transferências	11.478	7	12.221	7	12.882	7	5
Outras Despesas	2.934	2	5.019	3	5.320	3	6
Totais	174.227	100	182.380	76	172.994	69	-5



A despesa total de 2006 foi de 173 milhões de euros, excedendo ligeiramente as receitas entradas no mesmo período, pelo que o excesso foi financiado pelo saldo transitado do ano anterior.

A redução de diversas receitas de capital (fundos comunitários, empréstimos) reflectiu-se, naturalmente, no investimento realizado em 2006, sofrendo uma redução de 18%.

Os sectores da habitação e saneamento básico (águas e esgotos) sofreram reduções de 49% e 31%, respectivamente. Quanto à rede viária, mantém-se como área de investimento de maior importância, apesar da redução de 15% observada em 2006.

mil euros

Investimento	2004		2005		2006		2005/ 06
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	(%)
Terrenos e Habitação	9.728	12	8.969	11	4.578	7	-49
Instal Serviços e out edifc	4.213	5	3.448	4	3.382	5	-2
Educação e Desportos	17.948	23	18.445	23	16.981	26	-8
Rede Viária	18.472	23	24.536	30	20.778	31	-15
Água e Esgotos	6.541	8	5.253	6	3.644	5	-31
Lixos	2.402	3	2.288	3	2.214	3	-3
Outras Construções	4.796	6	5.549	7	3.299	5	-41
Equipamento, Mat Transp	4.641	6	4.019	5	4.568	7	14
Outros	10.603	13	8.521	11	7.058	11	-17
Totais	79.343	100	81.030	100	66.501	100	-18



Endividamento

Endividamento	2004		2005		2006		2005/ 06
	valores	(%)	valores	(%)	valores	(%)	(%)
Dívida Bancária	136.694	82	139.801	77	138.963	76	-1
Dívida não Bancária	29.057	18	42.227	23	34.929	19	-17
Totais	165.751	100	182.028	100	173.892	96	-18



IV – JUSTIFICAÇÃO DA PREVISÃO ORÇAMENTAL

A previsão orçamental da receita e da despesa constantes da presente proposta de Orçamento da Região Autónoma dos Açores (ORAA), para o ano de 2008, segue os critérios e os métodos utilizados nos últimos anos, o que facilita a respectiva análise, dando-se, por esta via, um sinal de rigor e de transparência.

No que respeita à política orçamental, e à luz dos objectivos programáticos do IX Governo Regional, a presente proposta de orçamento insere-se num quadro estável das finanças públicas regionais, que permite dar um contributo positivo no esforço, prosseguido pelo Governo da República, de redução do défice orçamental das contas públicas nacionais.

Neste contexto, esta proposta de orçamento não prevê qualquer aumento do endividamento líquido da Região, sendo nulas as necessidades líquidas do seu financiamento, não obstante a possibilidade de recurso à contracção de novos empréstimos, prevista no n.º 2 do artigo 114.º da proposta de Orçamento do Estado para 2008.

No quadro das fontes de financiamento e das respectivas aplicações dos recursos, a presente proposta de orçamento reforça a trajectória dos últimos anos, no sentido em que assegura uma taxa de crescimento das receitas próprias, claramente mais elevada do que a prevista para as suas despesas de funcionamento.



Efectivamente, regista-se, entre 2007 e 2008, uma taxa de crescimento das receitas próprias em 9,2 pontos percentuais, enquanto as despesas de funcionamento se ficam por um acréscimo de apenas 2 pontos percentuais, não se contemplando nestas as operações de refinanciamento nem as dotações provisionais.

Este objectivo estratégico do Governo Regional, presente nesta proposta de orçamento, de promoção da contenção e do rigor na execução das despesas de funcionamento, é o meio mais eficaz de dar estabilidade às finanças públicas regionais, sem pôr em risco a segurança dos funcionários públicos, antes promovendo numa forma eficiente a afectação dos seus recursos às necessidades da administração regional.

O quadro seguinte apresenta a estrutura síntese da proposta de ORAA para 2008, excluindo-se o valor das contas de ordem.

	Milhões de Euros
	2008
1. Receitas Correntes	689,3
2. Despesas Correntes	574,5
3. Encargos da Dívida Pública	12,0
4. Saldo Corrente (1-2)	114,8
5. Receitas de Capital	327,0
6. Empréstimos	91,3
7. Despesas de Capital	441,7
8. Amortização de Dívida	91,3
9. Saldo de Capital (5-7)	-114,8
10. Saldo Global (4+9)	0,0
11. Saldo Primário (10+3)	12,0



A análise a este quadro permite concluir que a presente proposta de orçamento observa o princípio do equilíbrio orçamental, apresentando um saldo corrente de 114,8 milhões de euros, um saldo global nulo e um saldo primário positivo de 12 milhões de euros.

A) Orçamento da Receita

A receita global prevista para o ano de 2008 atinge os 1.424,2 milhões de euros, mais 169 milhões de euros do que o valor orçamentado em 2007. Não se considerando o montante de 316,7 milhões de euros das contas de ordem, a receita ascende a 1.107,5 milhões de euros, mais 11,7% do que o correspondente valor do ano anterior.

Para efeitos comparativos, os valores globais da receita não contemplam os montantes das operações de refinanciamento relativas aos anos de 2007 e de 2008, devidamente orçamentados no capítulo 12 da receita, segundo a classificação económica, centrando-se a análise no âmbito da receita efectiva.

A receita efectiva, que não inclui os passivos financeiros, atinge uma previsão global, em 2008, de 1.016,3 milhões de euros, mais 81 milhões de euros do que o correspondente valor do corrente ano, o que traduz um acréscimo de 8,7%.



As receitas efectivas são constituídas por três grandes agregados – as receitas próprias, as transferências do Orçamento do Estado e as transferências da União Europeia – correspondentes às principais fontes de financiamento do orçamento regional.

No âmbito da estrutura das receitas efectivas, destacam-se as receitas próprias, as quais constituem a principal fonte de financiamento do orçamento regional, representando 54,2% do total das receitas efectivas, e registando uma ligeira subida de 0,2 pontos percentuais, relativamente ao ano anterior, apresentando uma taxa de crescimento de 9,2%, relativamente ao valor orçamentado em 2007.

As transferências do Orçamento do Estado representam, em 2008, um peso de 35,7% no conjunto das receitas efectivas, menos 2,3 pontos percentuais do que em 2007, apresentando, contudo, uma taxa de crescimento de 2%. Esta redução do peso relativo das transferências do Orçamento do Estado, resulta exclusivamente do aumento significativo registado nas transferências de fundos provenientes da União Europeia.

As transferências da União Europeia representam, em 2008, um peso de 10,1% no total das receitas efectivas, mais 2,1 pontos percentuais do que em 2007, registando um aumento de 36,5%.



Receitas Próprias

As receitas próprias previstas para o ano de 2008 atingem os 551,3 milhões de euros, mais 46,6 milhões de euros do que o correspondente valor de 2007, o revela um acréscimo de 9,2%.

No âmbito das receitas próprias, destacam-se, sobretudo, as receitas fiscais, as quais representam 94,1% do seu valor global.

As receitas fiscais apresentam uma previsão global de 518,5 milhões de euros, superior em 51,1 milhões de euros ao orçamentado no corrente ano, o que traduz num acréscimo de 10,9%.

Os valores estimados para os diversos impostos, tiveram por base as projecções de realização no corrente ano e, na generalidade dos casos, observaram o ritmo de variação constante da proposta de Orçamento do Estado para 2008.

Os impostos directos estão estimados em 198,6 milhões de euros, mais 19,1% do que o valor orçamentado para o corrente ano. Esta variação significativa é, em grande parte, explicada pelo bom ritmo verificado nas cobranças dos respectivos impostos, em 2007, projectando-se para os mesmos, uma taxa de realização superior aos 100%, no final do ano.

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) está estimado em 132,4 milhões de euros, valor que resulta da aplicação de uma



taxa de crescimento de 5,5% ao montante previsto da receita deste imposto que se prevê arrecadar até final do corrente ano.

O valor estimado para o IRS traduz uma taxa de crescimento de 12% relativamente ao valor orçamentado para o ano anterior.

Para o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) estima-se um valor de 65,9 milhões de euros, tendo-se aplicado uma taxa de crescimento de 1,5% sobre o montante estimado de realização para o corrente ano. A estimativa para 2008 contempla, igualmente, uma verba extraordinária relativa a liquidações adicionais já efectuadas que se prevê venham a ser pagas durante aquele ano.

A estimativa orçamental prevista para o IRC, denota uma taxa de crescimento de 36,8%, relativamente ao montante orçamentado para o corrente ano.

Os impostos indirectos atingem uma previsão global de 315,9 milhões de euros, mais 6,3% do que o valor orçamentado para o corrente ano.

O Imposto sobre o Produtos Petrolíferos (ISP) está estimado em 51,4 milhões de euros, valor que resulta da aplicação de uma taxa de crescimento de 5% ao montante da receita prevista para o corrente ano.

A taxa de crescimento do ISP é de 13,9%, quando comparada com a dotação orçamental do ano em curso.



O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) está estimado em 189,6 milhões de euros, registando um aumento de 5% sobre o valor estimado para o corrente ano, estando implícita uma evolução da receita deste imposto, em termos compatíveis com o registado nos últimos anos.

O Imposto sobre Veículos (ISV) atinge uma previsão orçamental de 14,5 milhões de euros, menos 5,7% do que o valor orçamentado para o corrente ano. Esta previsão contempla a reestruturação efectuada na tributação automóvel, que ocorreu no corrente ano.

O Imposto sobre o Tabaco (IT) está dotado de uma receita de 25,6 milhões de euros, mais 5,5% do que o valor previsto de receita a arrecadar até ao final do corrente ano, que coincide com a dotação aprovada para o corrente ano.

O Imposto sobre o Álcool e as Bebidas Alcoólicas (IABA) prevê uma receita global de 7,2 milhões de euros, mais 5% do que o valor orçamentado para o corrente ano, para o qual se estima uma taxa de realização próxima dos 100%.

Para o Imposto do Selo (IS) está prevista uma receita de 27,1 milhões de euros, mais 5,5% do que o valor da execução projectada para a receita deste imposto, no corrente ano, para o qual se estima uma taxa de realização superior aos 100%.



O Imposto do Selo atinge uma taxa de crescimento de 10,7%, quando comparado com a dotação do corrente ano.

As taxas, multas e outras penalidades atingem uma previsão de receita de 4 milhões de euros, mais 5,3% do que o montante que se prevê arrecadar no corrente ano.

Para as outras receitas próprias, estima-se uma previsão de receita de 32,8 milhões de euros, menos 12,1% do que o correspondente valor orçamentado para o corrente ano.

Transferências do Orçamento do Estado

As transferências do Orçamento do Estado atingem uma previsão global de 362,6 milhões de euros, mais 7,1 milhões de euros do que o montante do corrente ano, traduzindo uma taxa de crescimento de 2%.

O acréscimo registado nas transferências do Orçamento do Estado, designadamente, as efectuadas ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 37.º da Lei Orgânica n.º 1/2007, de 19 de Fevereiro (Lei de Finanças das Regiões Autónomas), está de acordo com a posição defendida pelo Governo Regional, a qual garantiu que a taxa de actualização das transferências para o ano de 2008 não se fixasse numa percentagem da ordem dos 0,7%, mas sim de 2,2% conforme determinado pela Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA).



As transferências do Orçamento do Estado efectuadas nos termos do artigo 37.º da citada LFRA, a título da solidariedade nacional, atingem o valor de 286,1 milhões de euros, mais 2,1% do que o correspondente valor do ano anterior.

As transferências do Orçamento do Estado efectuadas nos termos do artigo 38.º da referida LFRA, no âmbito do Fundo de Coesão para as regiões ultraperiféricas, atingem o montante de 57,2 milhões de euros, mais 2,2% do que respectivo valor do corrente ano.

No âmbito das transferências do Orçamento do Estado, está orçamentada uma verba de 4,5 milhões de euros, resultante do compromisso assumido pelo Governo da República em participar nos encargos com a reconstrução das habitações danificadas pelo sismo de 1998.

Finalmente, está orçamentada uma verba extraordinária, no valor de 14,9 milhões de euros, correspondente à segunda parcela de um acerto global de 90 milhões de euros, referente à errada interpretação da anterior LFRA, entre 1998 e 2005, já assumida pelo Governo da República.

Transferências da União Europeia

O valor global previsto de transferências provenientes da União Europeia a receber em 2008 respeitante ao co-financiamento de projectos de investimento directamente executados pelo Governo Regional, atinge o



montante global de 102,4 milhões de euros, mais 36,5% do que o correspondente valor orçamentado em 2007.

O valor orçamentado para 2008 reflecte o aumento significativo das verbas disponíveis no actual período de programação financeira comunitária 2007-2013, o qual contempla um aumento de 311 milhões de euros, ou seja, mais 25,4% do que o valor do quadro comunitário anterior.

Contas de Ordem

O valor global das contas de ordem está estimado em 316,7 milhões de euros, mais 20,3% do que o valor orçamentado no corrente ano.



B) Orçamento da Despesa

Para 2008, o valor da despesa total orçamentada atinge os 1.424,2 milhões de euros, mais 13,5% do que o valor de 2007, incluindo uma previsão de 316,7 milhões de euros de contas de ordem.

A análise à despesa é efectuada, nos termos impostos pela Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, ou seja, nos termos das respectivas classificações, nomeadamente, a classificação económica, a classificação orgânica e a classificação funcional.

Classificação Económica

A despesa, nos termos da classificação económica, é estruturada de acordo com a natureza das respectivas aplicações dos fundos previstos em sede orçamental.

De ressaltar que, os montantes orçamentados para a dotação provisional e os montantes das operações de refinanciamento, não serão considerados nos quadros que, seguidamente, se apresentarão, para efeitos de análise comparativa – 2007 e 2008.



Estrutura da Despesa Global

	Milhares de Euros			
	2007	%	2008	%
1. Despesas Correntes	547.034.123	46,0%	558.411.535	42,4%
Despesas com Pessoal	273.274.501	23,0%	278.473.379	21,2%
Transferências	235.046.519	19,8%	240.137.631	18,2%
Aquisição de Bens e Serviços	16.910.170	1,4%	16.814.524	1,3%
Encargos Correntes da Dívida	10.500.000	0,9%	12.000.000	0,9%
Outras	11.302.933	0,9%	10.986.001	0,8%
2. Despesas de Capital	1.755.921	0,1%	1.613.968	0,1%
Aquisição de Bens	1.447.301	0,1%	1.299.176	0,1%
Outras	308.620	0,0%	314.792	0,0%
3. Despesas de Funcionamento (1+2)	548.790.044	46,1%	560.025.503	42,5%
4. Despesas do Plano	377.679.214	31,7%	439.539.572	33,4%
5. Contas de Ordem	263.327.622	22,1%	316.676.656	24,1%
6. Total da Despesa (3+4+5)	1.189.796.880	100,0%	1.316.241.731	100,0%

Nota: Não inclui valores da Dotação Provisional e das operações de refinanciamento.

Sobressai da análise do quadro anterior, por um lado, a redução da proporção assumida pelas despesas de funcionamento na estrutura da despesa global, entre 2007 e 2008, e por outro, os aumentos das proporções das despesas do plano e das contas de ordem.

Esta evolução é consistente com as medidas que têm vindo a ser seguidas pelo Governo Regional, no sentido de desenvolver uma política de contenção das despesas de funcionamento e de reforço dos meios financeiros afectos às despesas de investimento.



Nesta óptica, o decréscimo verificado no peso das despesas de funcionamento, atinge os 3,6 pontos percentuais, a par de um aumento do peso das despesas do plano em 1,7 pontos percentuais.

Relativamente às despesas de funcionamento, prevê-se um aumento de apenas 2,0% relativamente ao valor orçamentado para 2007, enquanto que, para as despesas de investimento se prevê um significativo aumento de 16,4%.

No âmbito das despesas de funcionamento, destacam-se as despesas correntes, com 558,4 milhões de euros orçamentados, as quais representam 99,7% do total, e evidenciam um crescimento de apenas 2,1%, relativamente a 2007.

Nas despesas correntes, apenas se registam acréscimos em três agrupamentos económicos – despesas com pessoal (+1,9%), transferências para o SRS (+4%) e encargos correntes da dívida (+14,3%), – observando-se decréscimos nos restantes – aquisição de bens e serviços correntes (-0,6%), outras transferências correntes (-6,3%) e outras despesas correntes (-2,8%).

As despesas com pessoal estão orçamentadas no valor de 278,5 milhões de euros, mais 1,9% do que em 2007, e representam 49,9% do total das despesas correntes.

O valor orçamentado em despesas com pessoal foi previsto com base na execução projectada para o corrente ano, o que consideramos ser suficiente para acomodarmos os aumentos salariais para 2008, bem como



as promoções e progressões que venham a ocorrer nas carreiras da função pública.

O valor previsto para as transferências correntes ascende a 240,1 milhões de euros, apresentando uma taxa de crescimento de 2,2% relativamente a 2007, a qual está, motivada exclusivamente pelo aumento de 4% atribuído às verbas destinadas ao Serviço Regional de Saúde, tendo as restantes transferências correntes registado uma redução de 6,3%.

No agrupamento económico das transferências estão orçamentadas as despesas com pessoal dos fundos e serviços autónomos, nomeadamente, as dos serviços integrados no serviço Regional de Saúde, bem como as dotações destinadas a assegurar o pagamento dos complementos de pensões.

A previsão de 12 milhões de euros para os encargos correntes da dívida, é justificada pela actual conjuntura que se regista nos mercados financeiros internacionais.

No agregado de aquisição de bens e serviços correntes, prevê-se uma dotação de 16,8 milhões de euros, menos 0,6% relativamente a 2007. Este decréscimo está em sintonia com a política de contenção levada a cabo pelo Governo Regional, relativamente a despesas desta natureza.

Para as outras despesas correntes, estima-se uma dotação de 11 milhões de euros, menos 2,8% do que o correspondente valor de 2007.

As despesas de capital estão orçamentadas em 1,6 milhões de euros, valor que, também, traduz um decréscimo de 8,1% relativamente ao montante de 2007.



No âmbito das despesas de capital, destaca-se o agrupamento aquisição de bens de capital, o qual, com uma dotação de 1,3 milhões de euros (80,5% das despesas de capital), regista um decréscimo de 10,2% face a 2007. Esta evolução revela, uma vez mais, o compromisso assumido pelo Governo Regional em promover uma contenção destas despesas, sem, contudo, deixar de assegurar o regular funcionamento dos serviços públicos regionais.

As outras despesas de capital têm afectas uma dotação de 0,3 milhões de euros, mais 2% do que no ano anterior.

As despesas do plano contempladas no capítulo 40 do Orçamento da Região Autónoma dos Açores, apresentam uma previsão orçamental de 439,5 milhões de euros, apresentando uma taxa de crescimento de 16,4%, face ao valor de 2007.

Esta elevada taxa de crescimento das despesas de investimento, está claramente identificada com a política orçamental implementada pelo Governo Regional e que assenta na obtenção de taxas de crescimento superiores para as dotações afectas ao plano de investimentos, relativamente às atribuídas às despesas de funcionamento.

Classificação Orgânica

A classificação orgânica apresenta a despesa pública desagregada pelos respectivos serviços e organismos, em razão da competência que lhes está atribuída para a execução da mesma.



O quadro seguinte apresenta a despesa global orçamentada para 2008, bem como a sua desagregação pelos diversos departamentos regionais, e respectiva comparação com os montantes atribuídos em 2007.

Despesa Total

	Milhares de Euros			
	2007	%	2008	%
Assembleia Legislativa Regional dos Açores	10.208.437	0,9%	10.412.606	0,8%
Presidência do Governo Regional	26.492.185	2,2%	28.641.588	2,2%
Vice-Presidência do Governo Regional	277.355.917	23,3%	337.340.008	25,6%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	277.095.654	23,3%	287.253.166	21,8%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	99.064.419	8,3%	112.484.630	8,5%
Sec. Reg. da Economia	140.610.206	11,8%	156.987.372	11,9%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	223.933.575	18,8%	231.963.082	17,6%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	93.527.236	7,9%	97.008.519	7,4%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	41.509.250	3,5%	54.150.760	4,1%
Total	1.189.796.880	100%	1.316.241.731	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento.

A análise a este quadro permite concluir que, na generalidade, não existem alterações muito significativas no que concerne às proporções assumidas por cada departamento na estrutura da despesa pública entre os anos de 2007 e 2008.

A Vice-Presidência do Governo Regional, é o departamento que, com uma dotação global de 337,3 milhões de euros, continua a registar o maior volume de despesa, detendo um peso de 25,6%.

No âmbito deste departamento destaca-se o capítulo 12 – contas de ordem, com uma dotação prevista de 273,6 milhões de euros e o capítulo 01 – Gabinete do Vice-Presidente, com uma dotação prevista de 155,9 milhões de euros, dos quais, 91,3 milhões de euros, destinam-se a fazer face a uma operação de refinanciamento a concretizar em 2008, 20,1 milhões de euros, estão afectos ao pagamento dos complementos de pensões, 12 milhões de euros, respeitam aos encargos correntes da dívida



pública directa da Região e 9,2 milhões de euros, destinam-se a suportar os encargos com a ADSE.

A Secretaria Regional da Educação e Ciência, com um peso de 21,8%, atinge uma dotação global de 287,3 milhões de euros, diminuindo o seu peso em 1,5 pontos percentuais, relativamente a 2007.

No âmbito deste departamento destaca-se o capítulo 02 – Direcção Regional da Educação, com uma dotação prevista de 197 milhões de euros e o capítulo 40 – Despesas do Plano, com 71,3 milhões de euros.

A Secretaria Regional dos Assuntos Sociais apresenta uma dotação global de 232 milhões de euros, representando cerca de 17,6% do total da despesa, sensivelmente o mesmo peso que detinha no ano transacto.

Neste departamento, destacam-se sobretudo as verbas destinadas ao Serviço Regional de Saúde, no montante de 201 milhões de euros.

Para a Secretaria Regional da Economia está prevista uma dotação global de 157 milhões de euros, a qual representa um peso relativo de 11,9% do total da despesa, mantendo o peso que detinha no ano anterior.

Ao nível deste departamento, salientam-se as verbas destinadas ao capítulo 40 – Despesas do Plano, as quais, atingem o valor de 118,5 milhões de euros.

O quadro seguinte apresenta a mesma estrutura orgânica da despesa global, em 2007 e 2008, não se considerando o montante das contas de ordem.



Despesa Total

	Milhares de Euros			
	2007	%	2008	%
Assembleia Legislativa Regional dos Açores	10.208.437	1,1%	10.412.606	1,0%
Presidência do Governo Regional	26.192.185	2,8%	28.341.588	2,8%
Vice-Presidência do Governo Regional	61.664.582	6,7%	63.763.593	6,4%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	269.428.729	29,1%	279.798.206	28,0%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	91.533.774	9,9%	108.354.625	10,8%
Sec. Reg. da Economia	117.660.950	12,7%	128.402.764	12,8%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	220.124.575	23,8%	231.957.547	23,2%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	88.616.780	9,6%	94.641.291	9,5%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	41.039.245	4,4%	53.892.855	5,4%
Total	926.469.258	100%	999.565.075	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento.

A análise ao quadro supra apresentado permite concluir que a despesa pública, sem as contas de ordem, observa algumas alterações nos respectivos pesos entre os anos 2007 e 2008.

No que concerne ao volume de despesa orçamentado para 2008, a Secretaria Regional da Educação e Ciência, com 280 milhões de euros, é o departamento regional que apresenta o valor mais significativo, representado 28% do total da despesa, seguido da Secretaria Regional dos Assuntos Sociais, com 232 milhões de euros e da Secretaria Regional da Economia, com 128,4 milhões de euros.

As dotações orçamentais afectas às Secretarias Regionais da Educação e Ciência e dos Assuntos Sociais, atingem, em conjunto, o valor de 511,8 milhões de euros, representando 51,2% do total da despesa e registando um crescimento de 4,6% relativamente ao correspondente valor do ano anterior.

O quadro infra apresentado tem patente, as despesas previstas no capítulo 40 do orçamento da RAA distribuídas pelos diversos departamentos da administração pública.



Plano de Investimentos

	Milhares de Euros			
	2007	%	2008	%
Presidência do Governo Regional	14.556.331	3,9%	16.084.107	3,7%
Vice-Presidência do Governo Regional	8.675.800	2,3%	9.435.000	2,1%
Sec. Reg. da Educação e Ciência	60.916.232	16,1%	71.342.711	16,2%
Sec. Reg. da Habitação e Equipamentos	70.642.893	18,7%	87.280.570	19,9%
Sec. Reg. da Economia	107.842.482	28,6%	118.526.750	27,0%
Sec. Reg. dos Assuntos Sociais	21.410.882	5,7%	25.246.434	5,7%
Sec. Reg. da Agricultura e Florestas	58.955.894	15,6%	64.335.000	14,6%
Sec. Reg. do Ambiente e do Mar	34.678.700	9,2%	47.289.000	10,8%
Total	377.679.214	100%	439.539.572	100%

O departamento Regional que contempla um volume de despesas do plano mais significativo é a Secretaria Regional da Economia, com uma dotação prevista, para 2008, de 118,5 milhões de euros, sendo responsável por 27,0% do total das despesas do plano.

Apresentam valores, ainda muito significativos, as Secretarias Regionais da Habitação e Equipamentos, da Educação e Ciência e da Agricultura e Florestas, com 87,3, 71,3 e 64,3 milhões de euros, respectivamente.

Classificação Funcional

Nos termos desta classificação, a despesa é distribuída pelas diversas funções que ao Estado cabe desempenhar.

O quadro seguinte apresenta a estrutura da despesa global prevista para 2008, sem o valor das contas de ordem, estabelecendo-se a comparação com os montantes aprovados para o corrente ano.



Estrutura da Despesa Global

	Milhares de Euros			
	2007	%	2008	%
1. Funções Gerais de Soberania	88.069.626	9,5%	91.673.527	9,2%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	88.069.626	9,5%	91.673.527	9,2%
2. Funções Sociais	541.649.422	58,5%	568.441.002	56,9%
2.01 Educação	229.550.004	24,8%	234.228.930	23,4%
2.02 Saúde	206.068.808	22,2%	216.914.576	21,7%
2.03 Segurança e Acção Social	14.055.767	1,5%	15.042.971	1,5%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	57.870.163	6,2%	63.286.316	6,3%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	34.104.681	3,7%	38.968.209	3,9%
3. Funções Económicas	273.236.318	29,5%	314.002.650	31,4%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesc	106.596.856	11,5%	120.493.502	12,1%
3.02 Indústria e Energia	5.238.271	0,6%	5.344.835	0,5%
3.03 Transportes e Comunicações	102.094.921	11,0%	127.444.988	12,8%
3.04 Comércio e Turismo	59.306.270	6,4%	60.719.325	6,1%
3.05 Outras Funções Económicas	-	0,0%	-	0,0%
4. Outras Funções	23.513.892	2,5%	25.447.897	2,5%
4.01 Operações da Dívida Pública	10.500.000	1,1%	12.000.000	1,2%
4.03 Diversas não Especificadas	13.013.892	1,4%	13.447.897	1,3%
Total	926.469.258	100%	999.565.075	100%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento.
Não inclui o valor das contas de ordem

A análise ao quadro anterior permite constatar que, entre 2007 e 2008, não se registam alterações significativas na estrutura da despesa pública, nos termos da sua classificação funcional, continuando as funções sociais a deter peso relativo mais significativo.

Efectivamente, as funções sociais, com uma dotação prevista de 568,4 milhões de euros, observam um crescimento de 4,9%, representando 56,9% do total da despesa.

No âmbito destas funções sobressaem a Educação e a Saúde, que no seu conjunto, representam 79,0% do total do valor orçamentado para as funções sociais.



As funções económicas, com uma dotação prevista de 314 milhões de euros, detêm um peso de 31,4% no total da despesa e traduzem um aumento de 14,9 pontos percentuais, relativamente ao valor orçamentado do corrente ano.

No âmbito destas funções, destacam-se as dotações afectas aos sectores dos transportes e comunicações e da agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca, as quais, em conjunto, apresentam uma dotação global de 247,9 milhões de euros (79%) da dotação afectada às funções económicas).

O quadro infra apresentado explicita o valor da despesa global previsto para 2008, incluindo as contas de ordem, e a respectiva comparação com os montantes aprovados para o corrente ano.



Estrutura da Despesa Global

	Milhares de Euros			
	2007	%	2008	%
1. Funções Gerais de Soberania	236.566.491	19,9%	270.949.937	20,6%
1.01 Serviços Gerais da Administração Pública	236.566.491	19,9%	270.949.937	20,6%
2. Funções Sociais	552.350.907	46,4%	575.609.502	43,7%
2.01 Educação	234.942.479	19,7%	239.981.890	18,2%
2.02 Saúde	206.123.808	17,3%	216.919.581	16,5%
2.03 Segurança e Acção Social	17.809.767	1,5%	15.043.501	1,1%
2.04 Habitação e Equipamentos Colectivos	58.020.173	4,9%	63.346.321	4,8%
2.05 Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos	35.454.681	3,0%	40.318.209	3,1%
3. Funções Económicas	351.146.135	29,5%	421.582.391	32,0%
3.01 Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesc	132.977.317	11,2%	191.218.635	14,5%
3.02 Indústria e Energia	16.602.937	1,4%	22.419.423	1,7%
3.03 Transportes e Comunicações	108.675.021	9,1%	130.714.988	9,9%
3.04 Comércio e Turismo	70.690.855	5,9%	72.224.340	5,5%
3.05 Outras Funções Económicas	22.200.005	1,9%	5.005.005	0,4%
4. Outras Funções	49.733.347	4,2%	48.099.902	3,7%
4.01 Operações da Dívida Pública	10.500.000	0,9%	12.000.000	0,9%
4.03 Diversas não Especificadas	39.233.347	3,3%	36.099.902	2,7%
Total	1.189.796.880	100,0%	1.316.241.731	100,0%

Nota: Não inclui o valor da Dotação Provisional e o da operação de refinanciamento.

O quadro apresentado mantém a mesma ordenação das diversas funções, que existia no quadro que excluía as contas de ordem.

Com contas de ordem, o valor orçamentado para as funções sociais atinge os 575,6 milhões de euros (43,7% do total da despesa) ficando afectos 240 e 217 milhões de euros aos sectores da Educação e Saúde, respectivamente, os quais, em conjunto, assumem um peso de 79,4% no total destas funções.

As funções económicas, com uma dotação prevista de 421,6 milhões de euros representam 32% do total da despesa, dos quais 321,9 milhões de euros ficam afectos ao sector dos transportes e comunicações (130,7



milhões de euros) e ao sector da agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca (191,2 milhões de euros).



C) Orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos

Nos termos do artigo 12.º da Lei n.º 79/98, de 24 de Novembro – Lei de Enquadramento Orçamental – incluem-se na presente proposta de orçamento os mapas com as receitas globais dos Fundos e Serviços Autónomos (FSA), especificadas segundo uma classificação orgânica, as correspondentes despesas globais, especificadas também segundo uma classificação orgânica, segundo uma classificação funcional e segundo uma classificação económica.

Classificação Económica

O orçamento consolidado, para 2008, segundo a sua classificação económica, dos Fundos e Serviços Autónomos, encontra-se patente no quadro a seguir apresentado.



DESIGNAÇÃO DA RECEITA	Euros	DESIGNAÇÃO DA DESPESA	Euros
RECEITAS CORRENTES	206.495.799	DESPESAS CORRENTES	205.165.669
Impostos directos	0	Despesas com pessoal	62.767.267
Impostos indirectos	750.000	Segurança Social	7.353.582
Cont. para Seg. social, C.G.A e ADSE	0	Contribuições para a Seg. Social	6.291.147
Txs,multas e outras penalidades	7.462.336	Aq. de bens e serviços correntes	103.681.682
Rend. de propriedades	3.719	Encargos correntes da dívida	700
Transferências	176.502.420	Juros	219.119
ORAA	160.445.788	Transferências Correntes	12.504.468
OE	1.365.091	ORAA	719.802
Entre Fundos	3.000	Adm. Central	1.113.587
Adm. Local	11.000	Adm. Local	10.491
U.E	298.817	Entre Fundos	0
Outras	14.378.724	U.E	100.000
Venda de bens e serviços correntes	13.880.293	Outras	10.560.588
Outras receitas correntes	7.897.031	Subsídios	23.210.380
		Outras despesas correntes	2.782.053
RECEITAS DE CAPITAL	31.093.000	DESPESAS DE CAPITAL	32.467.188
Venda de bens de investimento	0	Aquisição de bens de capital	10.045.635
Transferências	31.092.980	Transferências de Capital	18.268.553
ORAA	25.375.958	ORAA	399.254
OE	1.855.352	Adm. Central	724.943
Entre Fundos	0	Entre Fundos	0
U.E	2.704.954	Adm. Local	110.000
Outras	1.156.716	U.E	0
Activos financeiros	0	Outras	17.034.356
Passivos financeiros	0	Activos financeiros	4.153.000
Outras receitas de capital	20	Passivos financeiros	0
Recursos próprios comunitários	0	Outras despesas de capital	0
SUB-TOTAL	237.588.799	SUB-TOTAL	237.632.857
Reposições	32.058	Operações extra-orçamentais	5.939.723
Saldo da gerência anterior	12.000		
Na posse do serviço	6.000		
Na posse do Tesouro	6.000		
Operações extra-orçamentais	5.939.723		
TOTAL	243.572.580	TOTAL	243.572.580

O valor orçamentado para o ano de 2008, dos fundos e serviços autónomos, é de 243,6 milhões de euros.



Relativamente à receita orçamentada, 206,5 milhões de euros (84,8%) dizem respeito a receitas correntes e 31,1 milhões de euros a receitas de capital (12,8%) e os restantes 6 milhões de euros (2,5%) referem-se a reposições, saldos da gerência anterior e operações extra-orçamentais.

Nas receitas correntes, sobressaem as transferências correntes, as quais, com 176,5 milhões de euros, representam 85,5% do total da receita corrente. De referir que 90,9% do total das transferências correntes (160,4 milhões de euros) são provenientes do orçamento da Região Autónoma dos Açores.

Está prevista uma receita de capital de 31,1 milhões de euros, correspondendo na sua totalidade a transferências de capital, esperando-se que 81,6% deste valor, seja proveniente do ORAA.

A verba estimada para a despesa, reparte-se por 205,2 milhões de euros para as despesas correntes (84,2%), e por 32,5 milhões de euros para as despesas de capital (13,3%). Os restantes 5,9 milhões de euros ficam afectos às operações extra-orçamentais.

As rubricas que mais se destacam, no total das despesas correntes, são as aquisições de bens e serviços, as despesas com pessoal e as transferências correntes, que representam 50,5%, 30,6% e 6,1%, respectivamente, do total das despesas correntes, correspondendo no seu conjunto a 179 milhões de euros.



Dos 32,5 milhões de euros orçamentados para as despesas de capital, 18,3 milhões de euros (56,3 %) dizem respeito a transferências de capital, e 10 milhões de euros (30,9%) a aquisição de bens de capital.

Classificação Orgânica

A repartição orgânica do orçamento afecto aos serviços e fundos autónomos é a que a seguir se apresenta:

Departamentos	Montantes em €	%
Presidência do Governo Regional	400.000	0,16%
Secretaria Regional da Educação e Ciência	50.712.181	20,82%
Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos	9.790.062	4,02%
Secretaria Regional da Economia	38.927.744	15,98%
Secretaria Regional dos Assuntos Sociais	128.796.160	52,88%
Secretaria Regional do Ambiente e Mar	257.800	0,11%
Secretaria Regional da Agricultura e Florestas	14.688.633	6,03%
Total	243.572.580	100,00%

À semelhança dos anos anteriores, a Secretaria Regional dos Assuntos Sociais assume o maior peso no total das despesas orçamentadas para os FSA, com um valor orçamentado de 128,8 milhões de euros (52,9%). Dos FSA dependentes desta Secretaria, destacam-se, pelo peso que assumem no orçamento, os seguintes:

- Centro de Saúde de Ponta Delgada – 24,0%
- Centro de Saúde de Angra do Heroísmo – 13,6%
- Centro de Saúde da Ribeira Grande – 10,0%

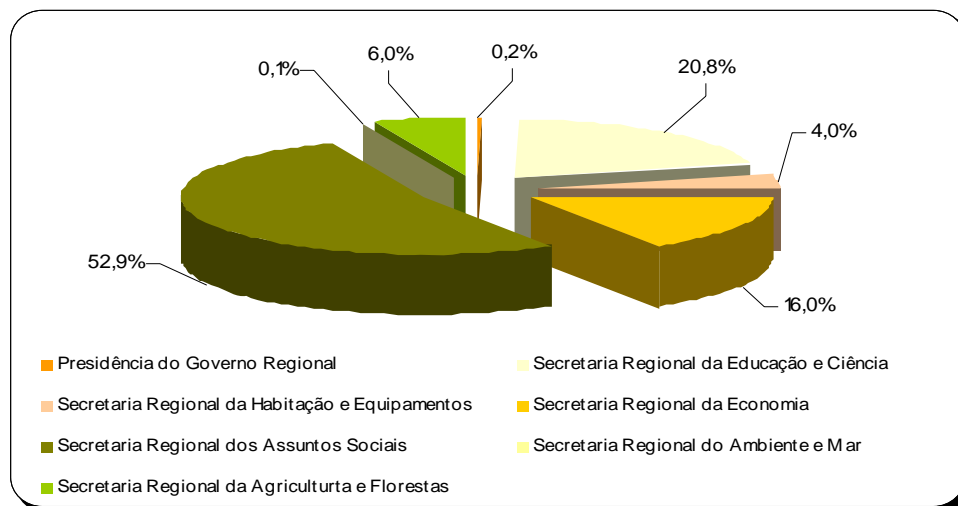
A Secretaria Regional da Educação e Ciência, assume 20,8% do valor total orçamentado, onde se destaca o Fundo Regional do Emprego, a



Escola Profissional das Capelas e o Fundo Regional da Ciência e Tecnologia, que representam 19,3%, 13,9% e 12,0%, respectivamente, do total orçamentado para esta Secretaria Regional.

Destaca-se ainda a Secretaria Regional da Economia, que representa 16,0% do total orçamentado, valor este integralmente afecto ao Fundo Regional de Coesão, sendo assim o fundo ao qual é imputada a maior dotação orçamental.

A proporção que cada Secretaria Regional assume no total do orçamento dos Fundos e Serviços Autónomos, é a apresentada no gráfico seguinte.



Classificação Funcional

As despesas globais dos FSA no contexto da classificação funcional, são especificadas no quadro seguinte.



Descrição	Montantes em €	%
Funções Gerais Soberania	7.722.708	3,2%
Funções Sociais	156.984.315	64,5%
Funções Económicas	62.010.057	25,5%
Outras Funções	16.855.500	6,9%
TOTAL	243.572.580	100,00%

As funções que maior importância, assumem no total da despesa são as sociais, que representam 64,5% do total da despesa, seguindo-se as funções económicas (25,5%), as outras funções (6,9%) e por último, as funções gerais de soberania (3,2%).

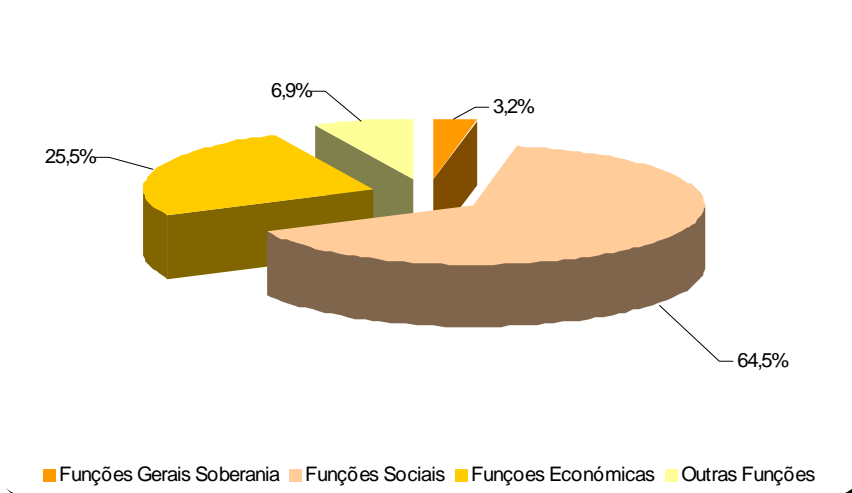
A proporção que cada função de carácter social, assume no total das funções sociais, é a seguinte:

- Educação – 16,97%
- Saúde – 78,10%
- Segurança e Acções Sociais – 3,95%
- Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos – 0,99%.

Os 62,0 milhões de euros afectos às funções económicas desagregam-se do seguinte modo:

- Agricultura, Pecuária, Silvicultura, Caça e Pesca – 24,10%
- Indústria e Energia – 62,78%
- Transportes e Comunicações – 13,12%.

O gráfico a seguir, mostra a proporção que cada função assume no total do orçamento dos FSA.





D) Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo

O valor do Orçamento Consolidado do Sector Público Administrativo, para o ano de 2008 é de 1.481,9 milhões de euros, conforme quadro a seguir apresentado, onde se incluíram todos os serviços e organismos dotados de autonomia administrativa e financeira.

ORÇAMENTO CONSOLIDADO DO SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO

(Milhões de euros)

DESIGNAÇÃO	CONSOLIDADO
Receitas Correntes	735,4
Receitas Fiscais	526,7
Outras receitas correntes	208,7
Receitas de Capital	421,1
Outras Receitas	2,8
Operações extra-orçamentais	322,6
TOTAL DA RECEITA	1.481,9
Despesas Correntes	773,1
Despesas com Pessoal	345,3
Outras	427,8
Despesas de Capital	386,2
Operações extra-orçamentais	322,6
TOTAL DA DESPESA	1.481,9

Estima-se que as receitas correntes atinjam os 735,4 milhões de euros (49,6% do total da receita), evidenciando-se, nestas, a proporção das receitas fiscais que, com 526,7 milhões de euros, correspondem a 71,6% do total da receita corrente. Os restantes 208,7 milhões de euros dizem respeito a outras receitas correntes.

No que concerne às receitas de capital, prevê-se que estas ascendam ao montante de 421,1 milhões de euros (28,4% do total da receita).



Os restantes 322,6 milhões de euros, dizem respeito às operações extra-orçamentais, representando estas 21,8% do total da receita.

Relativamente à despesa, destacam-se as despesas correntes, com 773,1 milhões de euros (52,2% do total) estimando-se que 345,3 milhões de euros orçamentados para este agregado, sejam dispendidos com pessoal, ou seja, 44,7%.

As despesas de capital estão estimadas em 386,2 milhões de euros, representando 26,1% do total da despesa.

Tal como na receita, as operações extra-orçamentais estão orçamentadas em 322,6 milhões de euros, 21,8% do total da despesa.



V – DÍVIDA PÚBLICA REGIONAL

A) Dívida Pública

Durante a execução do seu Orçamento para 2007, a Região Autónoma dos Açores não irá recorrer a novos empréstimos, incluindo todas as formas de dívida que impliquem um aumento do seu endividamento líquido.

Estima-se que a 31 de Dezembro de 2007, os encargos financeiros com o serviço da dívida pública atinjam os 11,7 milhões de euros, sendo no mesmo período efectuada um amortização de 56,6 milhões de euros, no âmbito de uma operação de refinanciamento da dívida pública regional, conforme abaixo se descremina.

Presivão de Encargos a 31/12/2007

INSTITUICAO	JUROS PAGOS	AMORT.EFECT.	TOTAL
Credit Suisse	3.283.747,97	0,00	3.283.747,97
DEXIA	2.231.825,69	56.587.474,00	58.819.299,69
DEPFA	1.879.292,30	0,00	1.879.292,30
"FRN" - 2008	4.306.683,16	0,00	4.306.683,16
Encargos da dívida em moeda nacional	11.701.549,12	56.587.474,00	68.289.023,12
Encargos da dívida em moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE ENCARGOS	11.701.549,12	56.587.474,00	68.289.023,12
Outros Encargos Correntes da Dívida	24.675,00	0,00	24.675,00
Outros Passivos Financeiros - Aval	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	11.726.224,12	56.587.474,00	68.313.698,12

Prevê-se, assim, que o stock da dívida pública atinja, no final do corrente ano, os 274,9 milhões de euros, menos 87.474€ do que o existente no final de 2006, em consequência da já referida operação de



refinanciamento, o que em termos práticos se traduz numa amortização de 56.587.474€ e na contracção de um novo empréstimo de 56.500.000€

A citada operação de refinanciamento foi negociada no decorrer do primeiro semestre deste ano junto do banco DEXIA. O objectivo de fechar esta operação o mais cedo possível foi o de assegurar condições mais vantajosas uma vez que eram previsíveis agravamentos das taxas de juro nos mercados financeiros, situação que se veio a confirmar.

Perante o quadro de incerteza nos já referidos mercados financeiros, o Governo Regional optou por fixar a taxa de juro desta operação de refinanciamento, em 3,57% ao ano, pelo prazo de 3 anos, o que permitirá estabilizar os respectivos encargos financeiros, no médio prazo.

A estrutura da dívida, que se prevê no final do corrente ano, segundo a natureza da moeda em que está expressa, encontra-se patente no quadro seguinte.

DÍVIDA DIRECTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES, EM 31/12/2007 (em Euros)

	Tipo Moeda	EMPRÉSTIMOS				TAXA CAMBIO	MONTANTE DÍVIDA €	INDEXANTE	
		DATA		MONTANTE	AMORTIZAÇÃO				SALDO ACTUAL
		Inicial	Final						
1) Dívida denominada em Euros									
Dexia - Project & Public Finance	EURO	3 Out, 2002	1 Dez, 2007	56.500.000,00	0,00	56.500.000,00	56.500.000,00	3,57% - Fixa p's./3anos*	
AZORES - FRN - 2008	EURO	22 Ago, 2001	22 Ago, 2008	91.250.000,00	0,00	91.250.000,00	91.250.000,00	EURIBOR - 1,5bp a)	
Depfa - Bank	EURO	17 Ago, 2006	17 Ago, 2016	49.800.000,00	0,00	49.800.000,00	49.800.000,00	EURIBOR - 4,25bp b)	
Credit Suisse	EURO	27 Nov, 1997	19 Ago, 2012	77.313.674,00	0,00	77.313.674,00	77.313.674,00	EURIBOR - 10bp c)	
TOTAL 1				274.863.674,00	0,00	274.863.674,00	274.863.674,00		
2) Dívida denominada em moedas não Euro									
TOTAL 2									
DÍVIDA TOTAL (1+2)							274.863.674,00		

*A partir de 2011 a taxa será fixa se se verificar a seguinte condição: Se a diferença entre o CMS EUR 30 e o CMS EUR um Ano for maior que 0,20, caso não se verifique a condição a taxa a aplicar será de 4,57% menos cinco vezes a diferença entre o CMS EUR 30 anos e o CMS EUR um ano.

a) Euribor a 12 meses - Tx. "in arrears"

b) Euribor a 6 meses - Tx. Antecipada

c) Euribor a 12 meses - Tx. "in arrears" - Esta taxa será fixa ao nível mais elevado logo que as taxas começarem a descer, por essa razão existe uma "CALL" no ano 2009.



Para 2008, está previsto uma nova operação de refinanciamento da dívida, no montante de 91.250.000€, referente ao empréstimo AZORES – FRN – 2008.



B) Avals

Nos termos do artigo 15.º do Decreto Legislativo Regional n.º 1/2007/A, de 23 de Janeiro, o limite máximo de avals a conceder em 2007, em termos de fluxos líquidos anuais, foi fixado em 90 milhões de euros.

Tendo em consideração os avals concedidos no corrente ano e as amortizações efectuadas em empréstimos avalizados pela Região, regista-se, pela primeira vez, uma redução nas respectivas responsabilidades, num valor superior aos 4 milhões de euros.

Prevê-se que até ao final do corrente ano, o montante das amortizações efectuadas em empréstimos avalizados pela Região, atinja o valor de 35,6 milhões de euros, conforme quadro seguinte.

ESTIMATIVA DAS AMORTIZAÇÕES A EFECTIVAR EM 2007

Anos			2007
1/88	K.F.W.	E.D.A.	682.063,36
2/89	K.F.W.	E.D.A.	341.542,98
2/92	K.F.W.	E.D.A.	273.029,86
3/93	B.E.I.	E.D.A.	170.635,79
4/93	B.E.I.	E.D.A.	1.354.455,26
1/98	CGD	SATA	2.693.508,65
1/00	BCA	LOTAÇOR	997.595,81
1/01	B.E.I.	E.D.A.	3.000.000,00
1/03	Westlb Covered Bind Bank pic	SPRHI, S.A	9.090.910,00
1/04	DEPFA ACS Bank	SPRHI, S.A	4.690.000,00
3/04	Déxia Credit local	APTG,SA	11.000.000,00
5/04	Déxia Credit local	APTO,S.A.	1.300.000,00
Total			35.593.741,71



Estima-se que a responsabilidade por avales concedidos, em 31 de Dezembro de 2007, se situe nos 418,4 milhões de euros, valor que, como já referido, apresenta uma diminuição, em termos absolutos, relativamente às responsabilidades efectivas em Dezembro de 2006.

Esta evolução registada nas responsabilidades por avales concedidos é a consequência natural da política seguida pelo Governo Regional e já anunciada publicamente, de que a concessão de avales iria observar uma tendência clara de diminuição, resultante da consolidação financeira já existente no Sector Público Empresarial Regional, ao qual foram exclusivamente destinados os avales concedidos até ao momento.

Estimativa da Responsabilidade dos Avales a 31/12/2007

(Euros)

AVAL	MUTUANTE	MUTUÁRIO	CAPITAL INICIAL	RESPONSABILIDADE
1/88	K.F.W.	E.D.A.	10.225.837,62	341.031,74
2/89	K.F.W.	E.D.A.	5.112.918,81	683.085,92
2/92	K.F.W.	E.D.A.	4.090.335,05	1.638.179,21
3/93	B.E.I.	E.D.A.	2.501.991,06	1.342.818,61
4/93	B.E.I.	E.D.A.	17.960.724,73	1.766.283,00
1/98	CGD	SATA	13.467.543,22	1.346.754,32
1/01	B.E.I.	E.D.A.	30.000.000,00	27.000.000,00
1/02	B.E.I.	E.D.A.	20.000.000,00	20.000.000,00
1/03	Westlb Covered Bind Bank pic	SPRHI, S.A	50.000.000,00	22.727.270,00
2/03	B.E.I.	E.D.A.	40.000.000,00	40.000.000,00
1/04	DEPFA ACS Bank	SPRHI, S.A	14.070.000,00	2.345.000,00
2/04	Banco Efisa	SAUDAÇOR	80.000.000,00	80.000.000,00
5/04	Déxia Credit local	APTO, S.A.	5.000.000,00	1.700.000,00
6/04	DBI	SOGEO	10.000.000,00	10.000.000,00
1/05	B.E.I.	E.D.A.	30.000.000,00	30.000.000,00
2/05	Credit Suisse First Boston	SAUDAÇOR	80.000.000,00	80.000.000,00
3/05	Credit Suisse First Boston	SPRHI, S.A	30.000.000,00	30.000.000,00
1/06	DEPFA Bank	SPRHI, S.A	36.000.000,00	36.000.000,00
1/07	Caixa Geral de Depósitos	SPRHI, S.A	26.000.000,00	26.000.000,00
2/07	Déxia Credit local	APTG, SA	5.500.000,00	5.500.000,00
TOTAL			509.929.350,49	418.390.422,80



Para o ano de 2008, o valor líquido de avales concedidos pela Região, irá continuar a diminuir, prevendo-se, no próximo ano, reduzir significativamente o volume das responsabilidades avalizadas pela Região.

Os avales a autorizar em 2008, destinam-se, exclusivamente, a refinar operações anteriormente avalizadas, não resultando dessa concessão qualquer aumento da responsabilidade líquida de avales para a Região.

Estima-se que as amortizações a concretizar em 2008, ascendam a 32,4 milhões de euros, dos quais 15,7 milhões de euros dizem respeito à liquidação total de cinco empréstimos avalizados.

Esta realidade demonstra a correcta e rigorosa utilização deste instrumento de responsabilização que terá, no futuro, uma utilização cada vez mais residual e sempre no sentido de redução do montante total de avales.



VI - Sector Público Empresarial Regional

O Sector Público Empresarial Regional (SPER), agregava, no final de 2006, um conjunto de 35 entidades de características empresariais, congregadas da seguinte forma:

- Três Grupos empresariais e participações directas em duas empresas
 - Grupo EDA com 9 empresas;
 - Grupo SATA com 5 empresas;
 - Grupo Portos dos Açores (PA), com 5 empresas;
 - Fábrica de Tabaco Micaelense, S.A.;
 - Transmaçor, S.A.
- Oito empresas de capital exclusivamente público, com actividade e objectivos próprios, sem participação de capital entre si, nomeadamente:
 - SPRHI, SA, na área de habitação e infra-estruturas;
 - Lotaçor, SA, nas Pescas;
 - Saúdaçor, SA, no sector da Saúde;
 - Teatro Micaelense, SA, na área de espectáculos e congressos;
 - SPRAçores, SA, na área do Ambiente;
 - Ilhas de Valor, SA, vocacionada para promover a coesão das ilhas do arquipélago;
 - APIA, EPE, para captação de investimento externo;
 - Empresa de Transportes de St^a. Maria, LDA, que assegura o transporte público terrestre nessa ilha;
- Seis entidades não societárias, mas que pela sua gestão, estão incluídas neste âmbito:



- AAFTH – Hotel S. Pedro, como escola de hotelaria;
- INOVA;
- ARENA
- ENTA;
- Associação de Turismo dos Açores;
- Pousadas da Juventude.

Apresenta-se, de seguida, um quadro com as participações da Região Autónoma dos Açores, nas entidades societárias e não societárias referidas.

PARTICIPAÇÕES DA RAA	PARTICIPAÇÕES NO SPE						
	RAA	SATA, SGPS	SATA AIR AÇORES	EDA, S.A	PA, SGPS	FTM, S.A.	INOVA
SATA, SGPS, S.A.	100,00						
SATA AIR AÇORES - SERV. AÇOR. TRANSPORTES AÉREOS, S.A		100,00					
SATA INTERNACIONAL- SERVIÇO DE TRANSPORTES AÉREOS S.A.			100,00				
SATA AERODROMOS			100,00				
SATA EXP. INC. CAN			100,00				
SATA EXP. INC. USA			100,00				
EDA - ELECTRICIDADE DOS AÇORES,S.A.	50,10						
LOTAÇOR - SERVIÇO AÇOREANO DE LOTAS, E.P	100,00						
PA- PORTOS DOS AÇORES -SGPS, S.A.	100,00						
APSM-AD. PORTOS DAS ILHAS DE S.MIGUEL E S. MARIA, S.A.					100,00		
APTG-AD. PORTOS DA TERCEIRA E GRACIOSA, S.A.					100,00		
APTO-AD. PORTOS DO TRIÂNGULO E DO GRUPO OCIDENTAL, S.A.					100,00		
ATLÂNTICOLINE, S.A					100,00		
ILHAS DE VALOR, S.A.	98,00		1,00				
SPRHI,S.A.- SOC. PROM. REAB.HAB. E INFRA-ESTRUTURAS,S.A.	100,00						
SAUDAÇOR- SOC. GEST. REC.EQUIP.SAÚDE AÇORES, S.A.	100,00						
SPRAÇORES - Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, S.A.	100,00						
APIA - Agência para a Promoção do Investimento dos Açores, E.P.E.	100,00						
ARENA-AGÊNCIA REGIONAL DE ENERGIA DA RAA, ASS.(A)	100,00						
ETCSM- EMPRE. TRANSPORTES COLECTIVOS DE S.MARIA LDA	99,00						
AAFTH - ASS. AÇ.FORM.TURISTÍCA E HOTELEIRA, ASS. (A)	50,00		25,00				
ASSOCIAÇÃO TURISMO AÇORES	21,19		16,95				
ENTA - ESCOLA DE NOVAS TECNOLOGIAS DOS AÇORES (A)	22,00			2,00		2,00	70,00
INOVA- ISNT. INOVAÇÃO TECNOLOGIA DOS AÇORES (A)	65,59			0,77		0,90	
TEATRO MICAELENSE- CENTRO CULTURAL E DE CONGRESSOS,S.A.	99,77						
PGA- POUSADAS DA JUVENTUDE AÇORES, S.A.	51,00						
SITURFLOR- SOC. DE INVESTIMENTOS TÚRISTICOS DAS FLORES, S.A.	38,65						
TRANSMAÇOR- TRANSPORTES MARÍTIMOS DOS AÇORES, LDA	20,00						
FTM- FÁBRICA DE TABACO MICAELENSE,S.A.	10,00						



Seguidamente, apresentam-se, de forma sintética, alguns indicadores económicos e financeiros relativos às contas consolidadas das entidades que constituem o SPER, referentes ao ano de 2006.

Em termos de volume global de negócios, o Grupo SATA, com 274,3 milhões de euros, mais 14,4% em relação a 2005, o Grupo EDA, com 152,4 milhões de euros (+8,8%), a SPRHI, SA, com 36,2 milhões de euros (+38%) e o Grupo Portos dos Açores, com 23,1 milhões de euros (+29,3%), foram as estruturas empresariais com maiores vendas.

Em relação aos resultados líquidos, destaca-se o Grupo EDA, que apresentou um resultado positivo consolidado de 8,7 milhões de euros, o Grupo SATA, com 4,9 milhões de euros e o Grupo Portos dos Açores com 2,3 milhões de euros.

Em termos de valor acrescentado bruto, o Grupo EDA, com 68,3 milhões de euros, o Grupo SATA, com 63,6 milhões de euros, o Grupo Portos dos Açores, com 12,4 milhões de euros, a Saúdaçor, SA, com 6,1 milhões de euros e a SPRHI, SA, com 3,2 milhões de euros, foram as empresas que maiores resultados apresentaram.

Na geração de meios financeiros medidos pelo cash flow, destaca-se o Grupo EDA, com 35,2 milhões de euros, o Grupo SATA, com 22,9 milhões de euros, o Grupo Portos dos Açores, com 5,5 milhões de euros, a SPRHI, SA, com 3,7 milhões de euros e a Lotaçor, SA, com 2,4 milhões de euros.



Em termos de activos totais, o Grupo EDA, com 618,6 milhões de euros, Saúdaçor, SA, com 228,9 milhões de euros, o Grupo Portos dos Açores, com 166,8 milhões de euros, a SPRHI, SA, com 136,4 milhões de euros, o Grupo SATA, com 125,3 milhões de euros e a Lotaçor, SA, com 29,5 milhões de euros, são as empresas com maior valor.

Os capitais próprios, que medem o valor líquido das empresas, registam no Grupo EDA, 94,2 milhões de euros, no Grupo Portos dos Açores, 49,9 milhões de euros, no Grupo SATA, 23,1 milhões de euros, no Teatro Micaelense, SA, 10,3 milhões de euros, na SPRHI, SA, 8,1 milhões de euros e na Lotaçor, SA, 4,9 milhões de euros.

O Grupo SATA, com 1.124 trabalhadores, é a empresa do Sector Público Empresarial Regional (SPER) com maior número de empregados, seguindo-se o Grupo EDA, com 869 trabalhadores, o Grupo Portos dos Açores, com 247 trabalhadores, a Lotaçor, SA, com 141 trabalhadores e o INOVA, com 35 trabalhadores.

O Sector Público Empresarial da RAA, consolidou em 2006 a sua situação económico-financeira, tendo reforçado a evolução positiva que se tem verificado nos últimos anos, com particular destaque para:

- O aumento dos resultados líquidos do exercício, isto é, as empresas integradas no SPER apresenta, em termos líquidos, um lucro consolidado de 15,2 milhões de euros, mais 3 milhões de euros que no ano anterior, tendo aumentado 24,2% em relação a 2005 e 68,5% em relação a 2004.



- Os resultados operacionais (EBDITA), indicador indispensável na avaliação da performance de exploração, e que permite a avaliação económica propriamente dita das empresas, registaram um aumento de 3,6 milhões de euros, isto é, mais 32,6% que no ano anterior.
- Os capitais próprios, que medem a rentabilidade do investimento financeiro da Região no sector empresarial regional, totalizaram 152,4 milhões de euros em 2006, o que corresponde a uma valorização das participações financeiras da Região de 21,2 milhões de euros em apenas um ano (+ 16,2%) e 46,6% em relação a 2004.
- A libertação de recursos financeiros medidos pelo cash flow, foi no conjunto do SPER de 63,7 milhões de euros, representando um acréscimo de 8,5 milhões de euros em relação a 2005 e 16,3 milhões de euros relativamente a 2004, isto é, mais 15,3% e 34,5%, respectivamente.
- O valor acrescentado para a economia açoriana (VAB), isto é, o contributo do SPER para o PIB regional também aumentou, tendo atingido os 144,4 milhões de, ou seja, mais 11,3 milhões de euros (+ 8.5%) que em 2005.
- O volume de vendas do SPER, também cresceu, tendo aumentado 61,5 milhões de euros em relação a 2005 (+ 14%), ultrapassando os 501 milhões de euros.



- Os activos totais, que avaliam o património no seu conceito geral, evoluíram também de forma muito positiva, registando um valor de 1.348,8 milhões de euros, tendo valorizado em 2006, 208,4 milhões de euros, ou seja, mais 18,3%, tendo esse acréscimo sido financiado em 193,1 milhões de euros através de capital alheio e 15,2 milhões de euros, através de capital próprio, resultante da aplicação de resultados líquidos e do aumento do capital social.
- Do activo total, 718,2 milhões de euros, dizem respeito a bens duráveis, o que reflecte um acréscimo de imobilizado de 62,2 milhões de euros, representando um acréscimo de 9,5%.
- O sector em finais de 2006 empregava 2655 pessoas, isto é, apenas mais 5 funcionários do que em 2005 (+ 0,1%), tendo aumentado significativamente a produtividade por trabalhador.

No início do corrente ano, entraram em funcionamento três Entidades Públicas Empresariais (EPE):

- Hospital do Divino Espírito Santo de Ponta Delgada
- Hospital de Santo Espírito de Angra do Heroísmo
- Hospital da Horta

No decorrer do ano de 2007 a Região alienou a participação de 10% que detinha no capital social da Fábrica de Tabaco Micaelense.